

ANÁLISE DE INDICADORES DA PNAD CONTÍNUA PARA MATO GROSSO ENTRE OS ANOS DE 2012 A 2019. MERCADO DE TRABALHO

Pedro Nessi Snizek Jr.
Herbert Tadashi Misuyuki
Carlos Magno da Silva

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise da pnad contínua a nível Brasil e Mato Grosso com o enfoque no mercado de trabalho entre os anos de 2012 e 2019. O número de ocupados cresceu de forma constante ao longo de toda década. O crescimento foi de 7,89% no Brasil e 15,95% em Mato Grosso. Observou-se um crescimento da força de trabalho ao longo da série analisada, no Brasil de 11,54% e em Mato Grosso de 13,55%. Os valores de taxa de desocupação (%) são menores em toda série a nível de Mato Grosso, em relação ao Brasil. A faixa de 40 a 44hs é a que maior incremento de pessoas no Brasil e no Mato Grosso. Tanto no Brasil como em Mato Grosso o número de trabalhadores aumenta ao longo da série até a faixa de 40 a 44hs. O Percentual de aumento de contratações por tempo indeterminado no Brasil é de 5,65%. Em Mato Grosso de 13,76%. Considerando as faixas de tempo em busca de trabalho no Brasil, a faixa até 1 mês responde por 16% do total de pessoas em busca de trabalho; de 1 mês a 1 por 44,79%, de 1 a 2 anos por 14,18% e 2 anos ou mais por 64%. Em Mato Grosso respectivamente: 22,41%; 46,69; 12,93% e 18,96%. A massa de rendimentos cresce em 77,98% nível de Brasil. Em Mato Grosso 69,89%. Mato Grosso respondia por 1,8% da massa de rendimentos nacional no início da série. Em o final por 1,76%.

Palavras-chave: força de trabalho, desalentados, taxa de desocupação (%)

ABSTRACT

The present work aims to make a continuous analysis of PNAD at the level of Brazil and Mato Grosso with a focus on the labor market between the years 2012 and 2019. The number of employed persons grew steadily throughout. The growth was 7.89% in Brazil and 15.95% in Mato Grosso. There was an increase of the workforce over the series analyzed in Brazil of 11.54% and in Mato Grosso of 13.55%. The unemployment rate values (%) are lower in the whole series at the level of Mato Grosso, in relation to Brazil. The range of 40 to 44 hours is the one with the greatest increase in people in Brazil and Mato Grosso. In both Brazil and Mato Grosso, the number of workers increases throughout the series up to the range of 40 to 44 hours. The percentage of increase in hires for an indefinite period in Brazil is 5.65%. In Mato Grosso, 13.76%. Considering the time ranges in search of work in Brazil, the range up to 1 month accounts for 16% of the total number of people in search of work; from 1 month to 1 by 44.79%, from 1 to 2 years by 14.18% and 2 years or more by 64%. In Mato Grosso, respectively: 22.41%; 46.69; 12.93% and 18.96%. The mass of income grows at

77.98% at Brassil level. I kill in 69.89%. Mato Grosso accounted for 1.8% of the national income mass at the beginning of the series. In the end by 1.76%.

Keywords: labor force, discouraged, unemployment rate (%)

Introdução

Até janeiro de 2012 a principal pesquisa demográfica do Brasil era a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, que anualmente investigava os principais indicadores demográficos do país. Além disso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) investigava e acompanhava o mercado de trabalho por meio da Pesquisa Mensal de Emprego - PME. Até então, tais pesquisas não apresentavam um nível de desagregação que permitisse a avaliação dos dados à nível de todas as unidades da federação, principais regiões metropolitanas e capitais. Com a conclusão do projeto de expansão da amostra das referidas pesquisas pelo IBGE, à partir desta data, as duas pesquisas foram substituídas pela PNAD Contínua com substancial aumento da amostra em número de municípios e setores, o que possibilitou a desagregação dos resultados, permitindo análises em recortes de menor escala.

O IBGE, como principal órgão produtor de estatísticas de natureza econômica, social e demográfica no País, procura, permanentemente, aprimorar seu sistema de levantamentos de informações geográficas, estatísticas e ambientais.

Dentro desta perspectiva, concluiu-se em 2012 o projeto de integração das Pesquisas Domiciliares e teve início à coleta da PNAD Contínua considerando, ainda, a constante demanda e questionamentos por parte de órgãos governamentais, centros de estudo, pesquisadores e de organismos internacionais sobre a inexistência de indicadores conjunturais relativos à força de trabalho da totalidade do País e das Unidades da Federação (Nota Técnica IBGE, 2015).

A PNAD Contínua substituiu as estatísticas sobre mercado de trabalho obtidas a partir da Pesquisa Mensal de Emprego - PME e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD ANUAL, potencializando os resultados produzidos por ambas, agregando, em relação à primeira, a cobertura do território nacional e, em relação à segunda, a disponibilização de informações sobre trabalho com

periodicidade de divulgação que permitem a análise conjuntural do tema (Pitombo Leite, F. 2016; Hypólito, 2010).

Em relação a essas duas pesquisas, a PNAD Contínua também incorpora atualizações conceituais referentes ao tema trabalho, com base nas recomendações internacionais vigentes no momento da concepção da pesquisa, nas discussões preparatórias para a 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho - CIET, da OIT, e finalmente nas recomendações adotadas pela Conferência em outubro de 2013 sobre trabalho, ocupação e subutilização da mão de obra.

A PNAD Contínua visa produzir indicadores conjunturais para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e à longo prazo, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo e desenvolvimento socioeconômico do País.

A pesquisa é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, extraída de uma amostra mestra de setores censitários, de forma a garantir a representatividade dos resultados para os diversos níveis geográficos definidos: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas que incluem os municípios das capitais (Notas Metodológicas 1 IBGE, 2014; Notas Metodológicas 23 IBGE, 2007; Nota Técnica IBGE, 2015). A referida pesquisa teve início de coleta experimentalmente à partir de outubro de 2011. Em janeiro de 2012 os trabalhos efetivamente tiveram início.

Este trabalho visa aproveitar esta maior abrangência e maior nível de desagregação da pesquisa Pnad Contínua para comparar os resultados em nível de Brasil e Mato Grosso, enfocando as principais características do mercado de trabalho.

1. METODOLOGIA DA PESQUISA E VARIÁVEIS ESTUDADAS

O trabalho fez uso dos dados da série histórica da PNAD Contínua realizada pelo IBGE, mais precisamente no período do 1º trimestre de 2012 ao 4º trimestre de 2019.

Foram considerados no estudo as variáveis:

- 1) Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (mil pessoas).
- 2) Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação (mil pessoas).
- 3) Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%).
- 4) Percentual (%) de pessoas desalentadas na população fora da força de trabalho.
- 5) Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho.
- 6) Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal.
- 7) Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência como empregados (exclusive trabalhadores domésticos) no trabalho principal, por tipo de contratação.
- 8) Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por tempo de permanência no trabalho principal.
- 9) Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência, por tempo de procura de trabalho.
- 10) Massa de rendimento nominal de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.

Os dados foram avaliados à nível de Brasil e Mato Grosso para todas as variáveis.

A cada trimestre, a PNAD Contínua investiga em torno de 211.000 domicílios em aproximadamente 16.000 setores censitários de todo o Brasil. O maior número de municípios, de setores censitários e de domicílios investigados, em relação à PNAD Anual, permite um ganho considerável na precisão das estimativas, especialmente nas Unidades de Federação de menor tamanho de população e nas áreas rurais (Notas Metodológicas 1 IBGE, 2014, Notas Metodológicas 23 IBGE, 2007).

Segundo Hypólito (2010) cada domicílio selecionado para a pesquisa será entrevistado cinco vezes, durante cinco trimestres consecutivos. Portanto, um

domicílio será visitado pela segunda vez três meses após a primeira visita, pela terceira vez três meses após a segunda visita, e assim por diante.

Desta forma, em dois meses consecutivos, os domicílios entrevistados serão completamente diferentes. No entanto, de um trimestre para o próximo, haverá uma sobreposição de 80% dos domicílios. De um ano para o próximo, este número chegará a 20%. Entre os motivos que nortearam a escolha do citado esquema de rotação, pode-se destacar o fato de este apresentar uma das menores variâncias na estimativa das diferenças trimestrais entre os propostos para a PNAD Contínua.

O tema central da pesquisa é trabalho e rendimento. As variáveis destes tópicos, juntamente com aquelas que compõem o núcleo básico do SIPD (Sistema Integrado de Pesquisas Demográficas) – tais como sexo, cor ou raça, idade, composição do domicílio e nível de instrução, serão investigadas em 100% dos domicílios de um trimestre.

A população alvo da pesquisa PNAD Contínua é constituída por todas as pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes da área de abrangência da pesquisa.

A pesquisa é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, extraída de uma amostra mestra de setores censitários, de forma a garantir a representatividade dos resultados para os diversos níveis geográficos citados acima.

A abrangência geográfica da PNAD Contínua é: todo o território nacional dividido nos setores censitários da base Operacional Geográfica de 2010. Excluídas áreas com características especiais, classificadas pelo IBGE como setores de: aldeias indígenas, quartéis, bases militares, alojamentos, acampamentos, embarcações, barcos, navios, penitenciárias, colônias penais, presídios, cadeias, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e agrovilas de projetos de assentamentos rurais, e também os setores censitários localizados em Terras Indígenas (Notas Metodológicas 1 IBGE, 2014; Notas Metodológicas 23 IBGE 2007; Gonçalves e Menezes Filho, 2015).

É importante ressaltar as diferenças existentes entre a PNAD Contínua e PNAD Anual. A primeira tem abrangência para Brasil, Grande Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que incluem o município capital do estado e os municípios restantes que compõe este nível de desagregação. Também é investigado

o município capital do estado separadamente. (Nota Técnica IBGE, 2015).

A abrangência da coleta da informação na PME limitava-se apenas as áreas urbanas de 6 regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre num total de 145 municípios). A PNAD Anual tinha uma amostra de 1100 municípios, em Mato Grosso eram cerca de 43 municípios, já a PNAD Contínua considera 3500 municípios; em Mato Grosso, do total dos 141 municípios, 91 são visitados trimestralmente.

A PNAD Anual tinha abrangência Nacional, Grandes Regiões, Unidades da Federação e 09 Regiões Metropolitanas. (Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre). A PNAD Anual e a PME foram descontinuadas no ano de 2016. (Notas Metodológicas 1 IBGE, 2014, Notas Metodológicas 23 IBGE, 2007; Gonçalves e Menezes Filho, 2015).

Cabe aqui ressaltar alguns conceitos da pesquisa Pnad Contínua que serão de grande importância para a interpretação dos resultados (Notas Metodológicas 1 IBGE, 2014):

São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

As pessoas são classificadas, quanto à condição em relação à força de trabalho na semana de referência, como na força de trabalho e fora da força de trabalho.

As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nessa semana.

São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana.

São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho (que gera rendimentos para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma

providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que começariam após a semana de referência.

Desalentadas são as que estão fora da força de trabalho na semana de referência, que estavam disponíveis para assumir um trabalho na semana de referência, mas não tomaram providência para conseguir trabalho no período de referência de trinta dias por não ter conseguido trabalho adequado.

Horas habitualmente trabalhadas por semana – As horas habitualmente trabalhadas são aquelas que a pessoa tinha o hábito ou costumava dedicar ao trabalho, portanto, independente de a pessoa ter trabalhado ou não na semana de referência. As horas habitualmente trabalhadas foram investigadas para o trabalho principal, secundário e demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência.

Massa de rendimentos é a soma dos rendimentos brutos habitualmente recebidos de todas as pessoas ocupadas em todos os trabalhos que tinham na semana de referência, a preços do mês do meio do trimestre mais recente que está sendo divulgado. O deflator utilizado para isso é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Taxa de desocupação é o percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência, em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana: $[\text{pessoas desocupadas} / \text{pessoas na força de trabalho}] \times 100$.

As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nessa semana.

Semana de entrevista – é a semana de domingo a sábado, destinada à realização das entrevistas nas unidades domiciliares de um determinado grupo de setores.

Semana de referência – é a semana de domingo a sábado que precede a semana de entrevista. Esse período é utilizado, por exemplo, na captação de pessoas ocupadas, dias e horas trabalhados efetivamente, dedicação à atividade de produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso e dedicação à atividade de

cuidado de pessoas.

Para a referida pesquisa, também com o objetivo de tornar a presente análise o mais compatível possível com as realizadas para dados anuais, o primeiro procedimento a ser implementado consiste na agregação, por domicílio, da variável relativa ao rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos, exclusive pensionistas, empregados domésticos e seus parentes, calculado para pessoas com 14 anos ou mais de idade. Após a agregação, realiza-se a divisão pelo número de componentes do domicílio (Pitombo Leite, 2016).

1. Resultados e Discussão

Como pode ser observado na tabela 1 e figuras 1 e 2 o número de ocupados nas semanas de referência da pesquisa crescem de forma constante, sem grandes oscilações, ao longo de toda a série. O crescimento ao longo da série foi de 7,89% no Brasil e 15,95% para Mato Grosso. O valores no Brasil (x 1000) crescem de 87.632 no início da série para 94.552 no último trimestre analisado. A nível de Mato Grosso, no mesmo período analisado, os valores crescem (x 1000) de 1460 para 1693.

Analisando os dados da PNAD Contínua de novembro de 2019, observa-se que o mercado de trabalho brasileiro bateu o recorde do número de ocupados desde o início da série histórica da pesquisa em 2012. Chegamos ao terceiro trimestre de 2019 com um total de 93,8 milhões de pessoas ocupadas, ou seja, um acréscimo de 459 mil pessoas frente ao trimestre anterior.

Para alguns analistas isto pode sinalizar uma tendência de melhora nos termos do mercado de trabalho, e, portanto, resultado da recuperação da atividade econômica. Para uma melhor análise faz-se necessário a análise de outros dados divulgados pela pesquisa. Um primeiro elemento a ser observado é que ainda que tenhamos o maior número de pessoas trabalhando, não vemos estes resultados refletidos na diminuição das taxas de desemprego, o que ocorre é na verdade uma persistência do elevado número de desocupados que chegou a 11,8% da população economicamente ativa.

Isto porque o aumento do nível da ocupação deve ser analisado tendo em vista que na mesma proporção há um recorde do número pessoas em idade para trabalhar e que procura emprego, chamamos isso de taxa de participação, que atingiu 62% desta parcela da população, ou seja, um aumento do número de pessoas que podem trabalhar e, que, de fato estão à procura de emprego. Uma explicação para isto, é a reincorporação de pessoas na busca de emprego que no último período haviam desistido de procurar pela falta de perspectiva de oportunidades, os chamados desalentados, e de pessoas subutilizadas, aquelas que estavam subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou que potencialmente poderiam trabalhar mas por algum motivo não puderam procurar emprego no momento da entrevista.

O mercado de trabalho brasileiros nos últimos 4 anos tem sido marcado pelo expressivo aumento das taxas de desalento e de subutilização, dando corpo há uma espécie de exército de reserva no qual ao primeiro sinal de recuperação de emprego voltam a pressionar o mercado de trabalho em busca de oportunidades.

Deste modo, o aumento do número de oportunidades de emprego não foi suficiente para incorporar o grande contingente de pessoas que ainda estão à margem do mercado de trabalho. Em outras palavras, o aumento dos postos de trabalho não deu respostas à um grande número de pessoas que ainda anseiam por uma oferta de emprego.

A tendência, inclusive, é que se aumente ainda mais as taxas de participação, uma vez que permanecem significativos os percentuais de população desalentada (4,2%) e subutilizada (24 %) que futuramente poderão exercer ainda mais pressão no mercado de trabalho.

Um outro importante elemento a ser destacado é a qualidade dos empregos que foram gerados, a maioria reside na informalidade, alcançando o recorde de 41,4 % do total de ocupados.

A categoria “empregado sem carteira assinada no setor privado” chegou ao seu ápice na série histórica com 11,8 milhões de pessoas, um aumento de 2,9%, e a

categoria conta própria totalizou 24,4 milhões de pessoas um aumento de 1,2% de trabalhadores.

Estes postos de trabalho são historicamente conhecidos por serem empregos mais vulneráveis, pois não são regidos pela legislação trabalhista, deixando os trabalhadores mais desprotegidos e por serem empregos de menores rendimentos em relação ao emprego formalizado.

É em meio a um dos piores cenários conjunturais pelo qual passa o mercado de trabalho brasileiro que assistimos o recorde no número de pessoas trabalhando, contudo, se olharmos de perto, permanecem grandes contingentes de pessoas em situação de desemprego, desalento e subutilização e para aqueles que conseguem ocupar uma vaga, se empregam em postos de trabalho precarizados, desprotegidos e com baixos rendimentos (Cadó, 2019).

Trimestre	Brasil e Unidade da Federação	
	Brasil	Mato Grosso
1º trimestre 2012	87632	1460
2º trimestre 2012	89129	1483
3º trimestre 2012	89639	1494
4º trimestre 2012	89857	1509
1º trimestre 2013	88999	1516
2º trimestre 2013	90099	1546
3º trimestre 2013	90707	1575
4º trimestre 2013	91403	1562
1º trimestre 2014	90782	1571
2º trimestre 2014	91577	1585
3º trimestre 2014	91795	1594
4º trimestre 2014	92396	1581
1º trimestre 2015	91555	1577
2º trimestre 2015	91750	1547
3º trimestre 2015	91635	1520
4º trimestre 2015	91800	1551
1º trimestre 2016	90216	1502
2º trimestre 2016	90379	1533
3º trimestre 2016	89433	1522
4º trimestre 2016	89871	1533
1º trimestre 2017	88579	1493
2º trimestre 2017	89872	1532
3º trimestre 2017	90953	1568
4º trimestre 2017	91770	1589
1º trimestre 2018	90272	1564
2º trimestre 2018	90941	1604
3º trimestre 2018	92333	1649
4º trimestre 2018	92736	1662
1º trimestre 2019	91863	1648
2º trimestre 2019	93342	1695
3º trimestre 2019	93801	1698
4º trimestre 2019	94552	1693

Tabela 1. Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

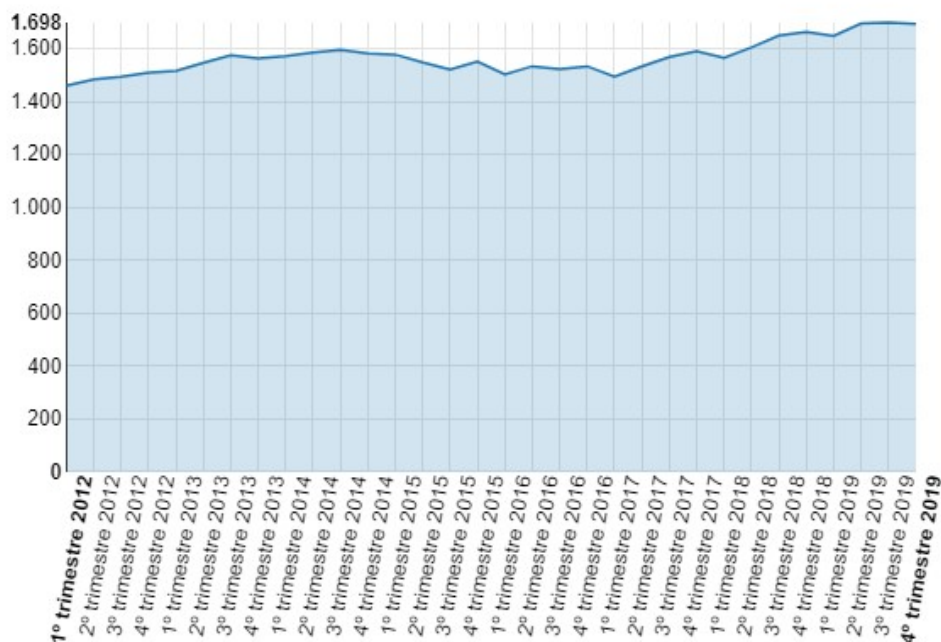


Figura 1. Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência. Unidade da Federação. Mato Grosso

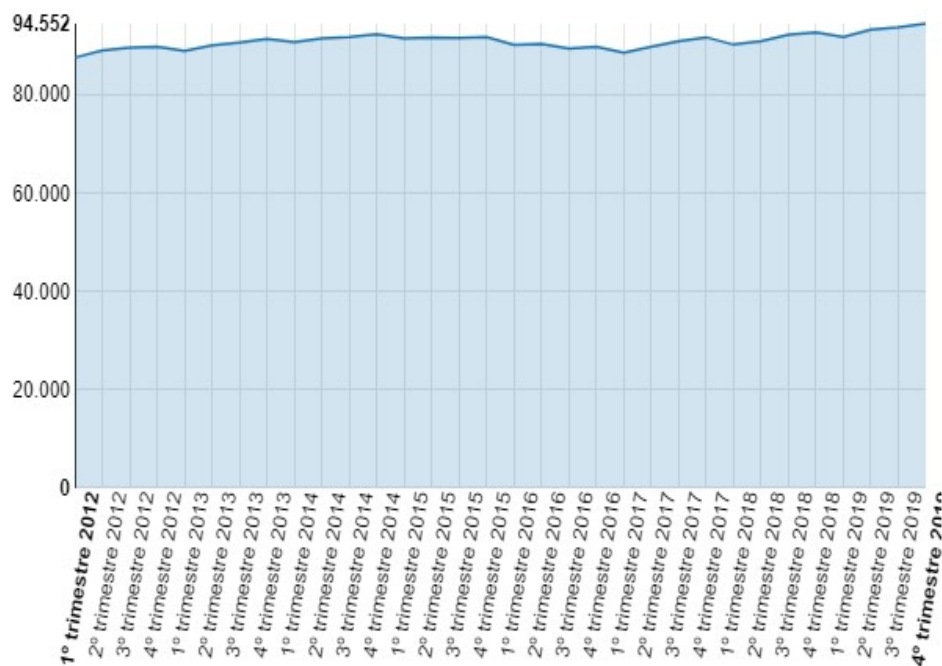


Figura 2. Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência. Unidade da Federação. Brasil.

Trimestre	Condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação x Brasil e Unidade da Federação							
	Força de trabalho		Força de trabalho - ocupada		Força de trabalho - desocupada		Fora da força de trabalho	
	Brasil	Mato Grosso	Brasil	Mato Grosso	Brasil	Mato Grosso	Brasil	Mato Grosso
1º trimestre 2012	95191	1563	87632	1460	7559	103	60479	852
2º trimestre 2012	96375	1573	89129	1483	7245	90	59841	864
3º trimestre 2012	96454	1574	89639	1494	6815	80	60320	876
4º trimestre 2012	96468	1583	89857	1509	6611	73	60958	878
1º trimestre 2013	96702	1609	88999	1516	7704	92	61367	875
2º trimestre 2013	97323	1619	90099	1546	7225	73	60965	866
3º trimestre 2013	97460	1638	90707	1575	6753	63	61413	854
4º trimestre 2013	97416	1622	91403	1562	6013	60	62171	900
1º trimestre 2014	97783	1643	90782	1571	7001	72	62176	889
2º trimestre 2014	98300	1650	91577	1585	6723	65	62603	894
3º trimestre 2014	98456	1656	91795	1594	6662	62	63159	880

4º trimestre 2014	98805	1647	92396	1581	6409	65	63514	898
1º trimestre 2015	99438	1672	91555	1577	7883	95	63540	889
2º trimestre 2015	100050	1648	91750	1547	8300	102	63236	889
3º trimestre 2015	100557	1627	91635	1520	8922	108	63136	915
4º trimestre 2015	100818	1644	91800	1551	9019	93	63333	922
1º trimestre 2016	101239	1652	90216	1502	11023	150	63536	933
2º trimestre 2016	101902	1700	90379	1533	11523	167	63589	908
3º trimestre 2016	101391	1672	89433	1522	11958	150	64344	942
4º trimestre 2016	102150	1694	89871	1533	12278	161	64252	936
1º trimestre 2017	102684	1668	88579	1493	14105	175	64123	978
2º trimestre 2017	103298	1676	89872	1532	13426	144	64134	954
3º trimestre 2017	103859	1730	90953	1568	12906	162	64180	934
4º trimestre 2017	104037	1715	91770	1589	12267	126	64360	959

1º trimestre 2018	103907	1724	90272	1564	13634	160	64601	967
2º trimestre 2018	103864	1753	90941	1604	12923	149	65377	955
3º trimestre 2018	104783	1768	92333	1649	12450	119	64951	952
4º trimestre 2018	104888	1785	92736	1662	12152	123	65133	918
1º trimestre 2019	105250	1813	91863	1648	13387	165	65250	908
2º trimestre 2019	106108	1847	93342	1695	12766	153	64756	865
3º trimestre 2019	106315	1845	93801	1698	12515	148	64843	871
4º trimestre 2019	106184	1808	94552	1693	11632	116	65429	906

Tabela 2 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação (mil pessoas)

Destaco que os conceitos necessários para entendimento dos dados demonstrados na Tabela 2 e figuras 3 e 4 já foram explicados na metodologia da pesquisas, como: Força de trabalho, força de trabalho ocupada, força de trabalho desocupada e fora da forças de trabalho.

Analisando os dados da tabela 2 e figuras 3 e 4 observa-se um crescimento da Força de trabalho ao longo da série analisada no Brasil de 11,54% e para Mato Grosso de 13,55%. A nível de Brasil os valores crescem (x1000) de 95.191 para 106.184 ao longo da série. Já a nível de Mato Grosso, no mesmo período estado, os valores crescem de 1563 para 1808.

Com relação a força de trabalho ocupada o crescimento no mesmo período de tempo é de 7,89% para o Brasil de 7,89% e para Mato Grosso de 15,65%. A nível de Brasil os valores crescem (x1000) de 87.632 para 94.552 ao longo da série. Já a nível de Mato Grosso, no mesmo período estado, os valores crescem de 1460 para 1693.

No mesmo período também observamos o crescimento nos dois níveis analisados para a força de trabalhos desocupada e fora da força de trabalho respectivamente: 53,88% a nível Brasil e 12,62% em Mato Grosso; e 8,18% a nível nacional e 6,33% para o estado que esta sendo considerado no estudo.

No Brasil a força de trabalho desocupada cresce (x 1000) de 7559 no início da série para 11632 no final da série. A nível de Mato Grosso os valores também crescem de 103 para 116 ao longo da mesma série temporal. Com relação a força de trabalho desocupada os valores aumentam (x1000) a nível de Brasil de 60.479 para 65.429 e a nível de Mato Grosso, na mesma série, de 852 para 906.

A categoria "força de trabalho potencial", que se diferencia dos desocupados, soma 140 milhões em todo o mundo em 2018. Este grupo reúne as pessoas que procuram um emprego mas não estariam aptas a assumir caso encontrem, ou as pessoas que estão disponíveis para trabalhar, mas não procuram emprego. Neste grupo dos 140 milhões, 85 milhões são mulheres e 55 milhões são homens. Já os números absolutos de desocupados foram 73 milhões entre as mulheres e 99 milhões entre os homens (total de 172 milhões). Portanto, do total de 312 milhões de subutilizados no mundo, 154 milhões são homens e 158 milhões são mulheres.

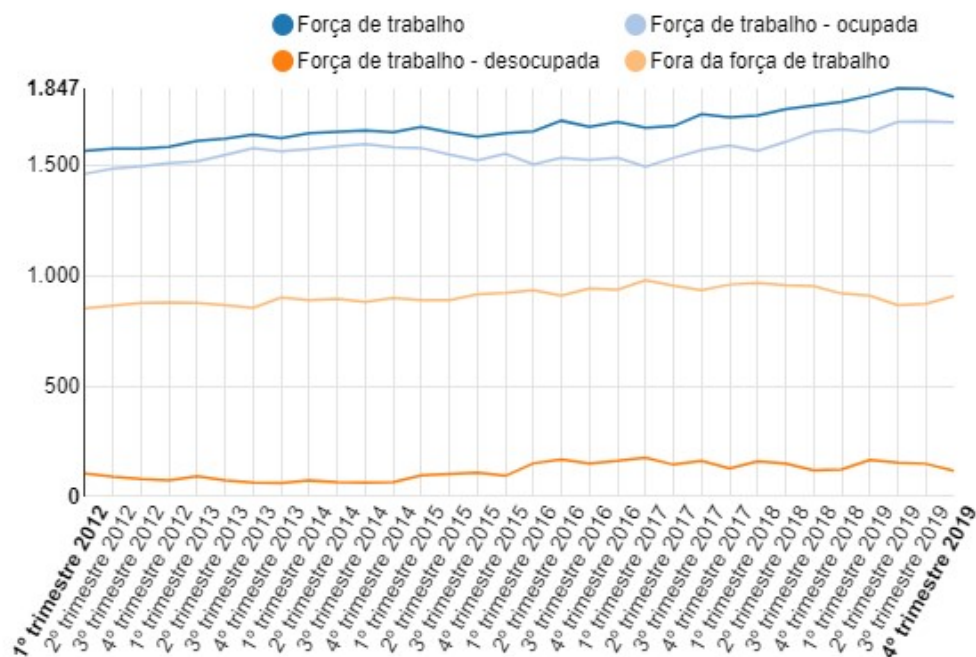


Figura 3 -Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação. Mato Grosso.

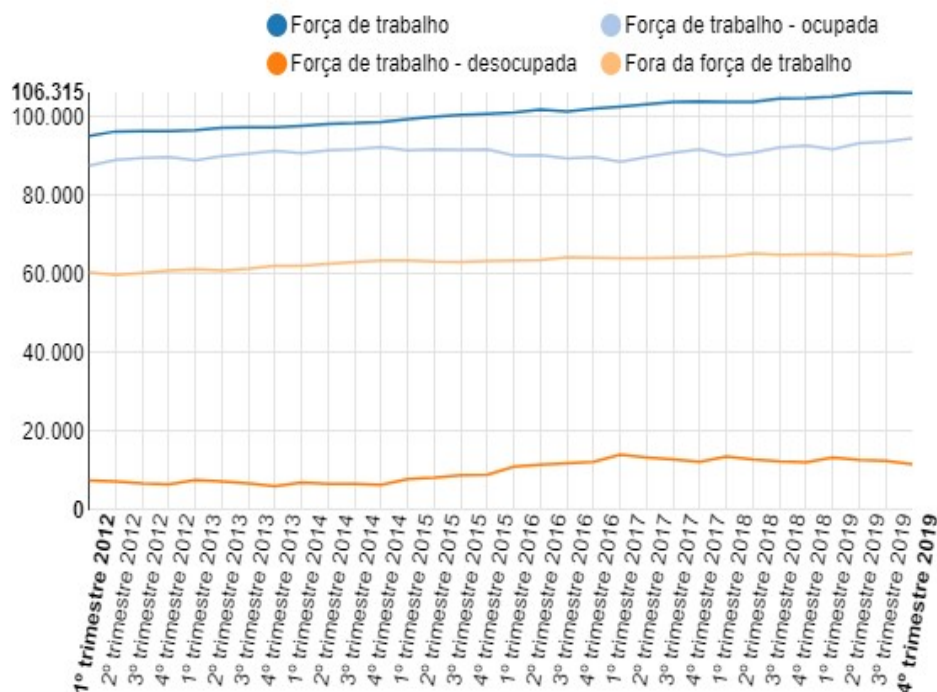


Figura 4 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação. Brasil

A subutilização, também calculada para o Brasil pelo IBGE na Pnad Contínua, é um indicador mais acurado sobre o estado do mercado de trabalho que somente a taxa de desocupação (%), pois mede também aquelas pessoas que se encontram na força de trabalho potencial: pessoas desocupadas que desistem de procurar emprego e que estariam na força de trabalho potencial, mas não contam como desocupadas, pois a desocupação pressupõe uma busca ativa por trabalho. No entanto, estas pessoas em geral também estão em situação de vulnerabilidade econômica, como é o caso dos desocupados (World Employment and Social Outlook: Trends 2019 International Labour Office).

O número de brasileiros fora da força de trabalho em junho de 2020 foi de 75 milhões de pessoas, ou seja, 41% do total de pessoas em idade para trabalhar se encontram fora da força de trabalho. Dentre estes sujeitos, de acordo com a pesquisa, 26 milhões (34,5%) gostariam de trabalhar. Importante destacar que, na última pesquisa divulgada pelo IBGE referente ao primeiro trimestre de 2020, este número era de 9 milhões de pessoas, ou seja, o aumento é, sem dúvidas, muito expressivo (Cadó, 2020).

Analisando a tabela 3 e figuras 5 que mostram os valores da taxa de desocupação (%) ao longo da série estuda a o nível Mato Grosso observa-se que: Os valores oscilam entre 4 e 6% até o terceiro trimestre de 2015. Após este período observa-se um aumento na taxa de desocupação até o valor de 10,5% no primeiro trimestre de 2017. Grande variações são observadas até o terceiro trimestre de 2018, onde observou-se o valor de 6,7%. Mais no final da série os valores aumentam até 9,1% no primeiro trimestre de 2019, e então começam um tendência de queda até 6,4% no último trimestre de série analisada.

Analisando a tabela 3 e figura 6 que mostram os valores de taxa de desocupação (%) ao longo da série estudada a nível de Brasil observa-se que: Os valores oscilam entre 6 e 8% até o quarto trimestre de 2014. Após este período observa-se uma aumento da taxa de desocupação (%) até o valor de 13,7% no primeiro trimestre de 2017. Na sequência o valor diminui até 11,6% no quarto trimestre de 2018. No último ano da série analisa os valores oscilam, até que

demonstram uma tendência de queda a partir do segundo trimestre deste ano, finalizando a série no quarto trimestre com valor de 11%.

Deve-se destacar que ao longo do período analisado, os valores observados para a taxa de desocupação (%) são menores em toda série no Mato Grosso em relação as taxas observadas a nível nacional.

Apesar de representarem apenas um quarto da população, as grandes cidades foram responsáveis por metade da queda na taxa de desocupação nacional verificada nos dados da PNAD entre 2003 e 2012. Em compensação, é nas metrópoles que a taxa de desocupação cresceu com mais intensidade nos anos de 2015 e 2016. Levanta-se a hipótese de que este comportamento pode ser atribuído ao fato de as transferências governamentais, os aumentos reais do salário mínimo e os programas sociais tornarem as economias das cidades pequenas menos sensíveis às flutuações macroeconômicas (Simões et. al., 2016).

Os dados da Pnad Contínua divulgados em maio de 2018 mostram que a taxa de desocupação no trimestre móvel de janeiro a março de 2018 foi de 13,1%, significando que o desemprego aberto atingiu 13,7 milhões de trabalhadores. Se considerarmos a taxa composta de subutilização da força de trabalho (medida mais ampla do desperdício do potencial produtivo do país) o percentual foi de 23,6% no 4º trimestre de 2017, representando o desperdício do potencial de 26,4 milhões de pessoas aptas a trabalhar.

A taxa composta para o primeiro trimestre de 2018 de pessoas desempregadas e desalentadas ultrapassou 27 milhões de trabalhadores. Este alto volume de pessoas não vão ter acesso ao direito humano básico que é ter uma ocupação para se auto sustentar.

Na série da pnad contínua que começou em 2012, o recorde de pessoas ocupadas foi de 92,9 milhões de pessoas no quarto trimestre de 2014. Desde esta data o número caiu, chegou a 92,1 milhões no quarto trimestre de 2017 e diminuiu para 90,6 milhões no primeiro trimestre de 2018. Esta queda no número da força de trabalho ocupada é ainda mais preocupante quando se considera que a população total do país passou de 199,2 milhões de habitantes em 2012 para 209,2 milhões em 2018.

Assim, a taxa de ocupação que chegou ao pico de 57% em 2014 caiu para 53,6% no primeiro trimestre de 2018 (Alves, 2018).

Analisando os dados da pesquisa PME do IBGE entre os anos de 2003 e 2009, tanto em termos agregados, quanto segundo o gênero, a idade e a escolaridade dos indivíduos. Observa-se que os resultados mostram que a proporção de desempregados em termos agregados seria cerca de duas vezes maior se fossem incluídos os marginalmente ativos e os subocupados por insuficiência de horas. Além disso, as reduções da taxa de desemprego padrão observadas ao longo do tempo são acompanhadas de quedas tanto na proporção de marginalmente ativos quanto na de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (Águas, 2009).

Em seu estudo analisando os dados da pesquisa PME do IBGE entre os anos de 2002 e 2011, Araújo e Antigo (2015) observaram que as variáveis sexo, condição no domicílio, idade e escolaridade têm grande influência nas chances de um indivíduo conseguir emprego. Levando em consideração a qualificação do trabalhador, os resultados mostram que quanto mais escolarizado, menor o efeito adverso das características pessoais de um indivíduo, e que o grupo dos semiqualeificados (aqueles que tem entre 4 e 10 anos de estudo) são os mais sensíveis a tais efeitos no sucesso pela busca do emprego. Por fim, o estudo mostra que os trabalhadores menos qualificados foram os que mais se beneficiaram com a mudança do cenário do mercado de trabalho brasileiro no período analisado. Por fim, os resultados do modelo Logit permitiram concluir que o grupo dos semiqualeificados são os mais sensíveis aos efeitos dos atributos individuais. Para esse grupo, pertencer a uma das classes de sexo, idade, cor ou condição domiciliar desfavorecidas leva a uma piora significativa nas probabilidades de sucesso no mercado de trabalho. Nesse sentido, os resultados do modelo mostraram que a chance de um homem semiqualeificado conseguir emprego é 71% maior em relação à mulher semiqualeificada, enquanto essa diferença cai para 66% para os menos qualificados e para 47% entre os qualificados. Em relação à cor, a diferença na chance de um branco comparado a um não branco no grupo de semiqualeificados conseguir emprego é de 23%, contra apenas 8% para o grupo dos qualificados. Para o quesito idade, os resultados mostraram que a probabilidade de um indivíduo que tem entre 30 e 49 anos encontrar uma ocupação é

42% mais alta do que a de um jovem para o grupo dos semiquualificados, comparado a apenas 20% para os menos qualificados e 18% para os mais qualificados.

Trimestre	Brasil e Unidade da Federação	
	Brasil	Mato Grosso
1º trimestre 2012	7,9	6,6
2º trimestre 2012	7,5	5,7
3º trimestre 2012	7,1	5,1
4º trimestre 2012	6,9	4,6
1º trimestre 2013	8	5,7
2º trimestre 2013	7,4	4,5
3º trimestre 2013	6,9	3,8
4º trimestre 2013	6,2	3,7
1º trimestre 2014	7,2	4,4
2º trimestre 2014	6,8	3,9
3º trimestre 2014	6,8	3,7
4º trimestre 2014	6,5	4
1º trimestre 2015	7,9	5,7
2º trimestre 2015	8,3	6,2
3º trimestre 2015	8,9	6,6
4º trimestre 2015	8,9	5,7
1º trimestre 2016	10,9	9,1
2º trimestre 2016	11,3	9,8
3º trimestre 2016	11,8	9
4º trimestre 2016	12	9,5
1º trimestre 2017	13,7	10,5
2º trimestre 2017	13	8,6
3º trimestre 2017	12,4	9,4
4º trimestre 2017	11,8	7,3
1º trimestre 2018	13,1	9,3
2º trimestre 2018	12,4	8,5
3º trimestre 2018	11,9	6,7
4º trimestre 2018	11,6	6,9
1º trimestre 2019	12,7	9,1
2º trimestre 2019	12	8,3
3º trimestre 2019	11,8	8
4º trimestre 2019	11	6,4

Tabela 3. Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%).

Analisando a tabela 4 e figura 7 que mostram os valores do percentual de pessoas desalentadas (%) na população fora da força de trabalho no Mato Grosso, observa-se que: Os valores oscilam entre 1,4% e 0,8% até o terceiro trimestre de 2015. Após os valores crescem até 4,7% no segundo trimestre de 2018. Com pequena redução nos segundo e terceiro trimestres de 2017. No final da série estudada os valores voltam a diminuir até 3,4% no terceiro trimestre de 2018. Com novo incremento chegando a 4,2% no terceiro trimestre de 2019 e finalizam a série com valor de 3,8%.

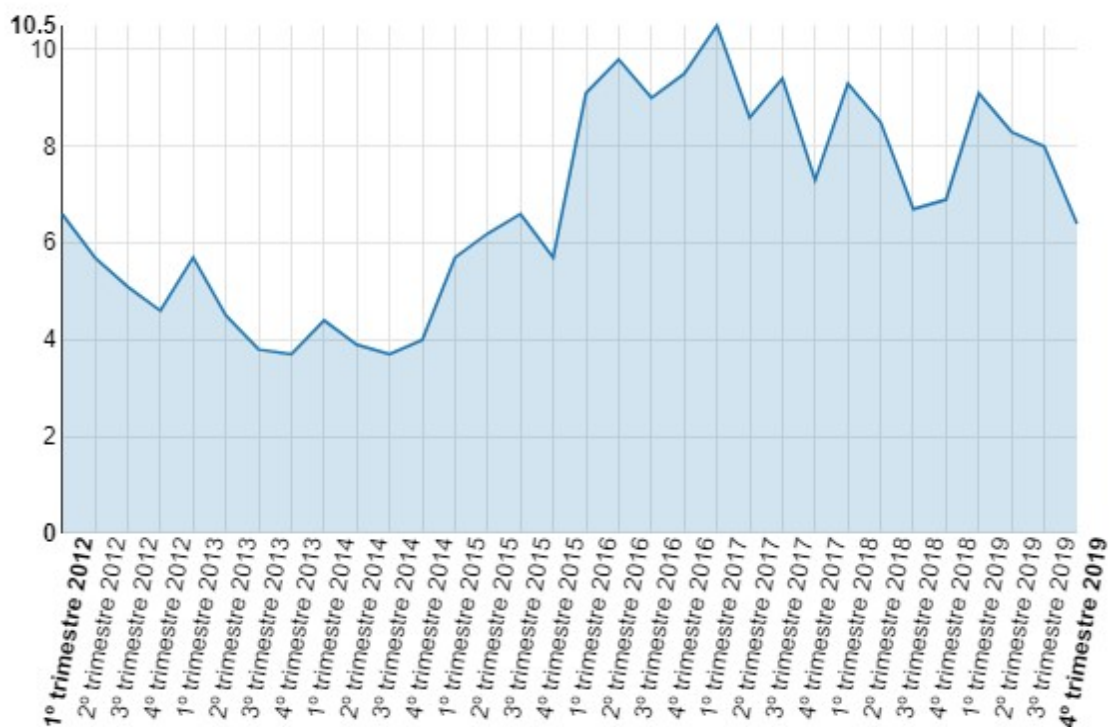


Figura 5. Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%). Mato Grosso

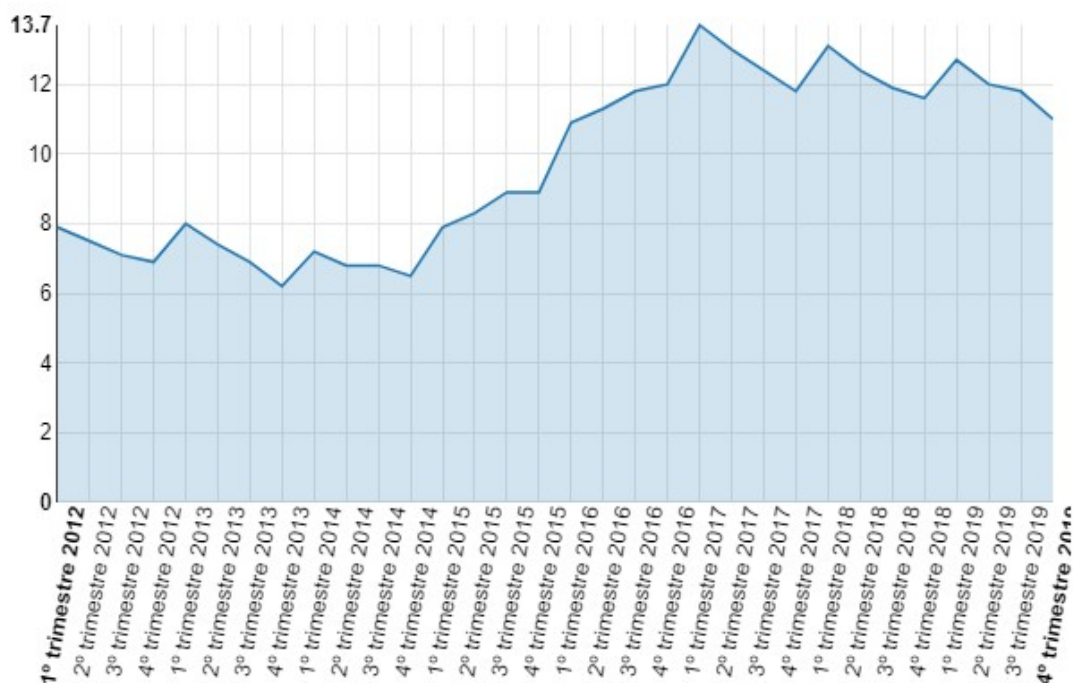


Figura 6. Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%). Brasil.

Analisando a tabela 4 e figura 8 que mostram os valores do percentual de pessoas desalentadas (%) na população fora da força de trabalho ao longo da série estuda no Brasil, observa-se que: Os valores oscilam entre 3,3 e 2,3% até o terceiro trimestre de 2015. Após este período, observa-se um aumento dos valores até 7,5% no segundo trimestre de 2019. Nos dois últimos trimestres os valores caem até o valor de 7,1%.

Deve-se destacar que ao longo do período analisado, os valores observados para o percentual de pessoas desalentadas (%) são menores em toda série no Mato Grosso em coparação aos volores observados a nível nacional.

Segundo o Boletim especial 78 de 2020 do Banco Central do Brasil o mercado de trabalho apresentou, desde o último trimestre de 2017 até o final de 2019, trajetória moderada de recuperação em linha com o desempenho da economia, conforme evidencia o comportamento da taxa de desocupação (%), de acordo com a Pnad Contínua do IBGE. Esse movimento da Taxa de Desocupação (%) refletiu principalmente no aumento da população ocupada, mas também na elevação do

desalento (%). A população desalentada não é computada na força de trabalho, portanto, deixa de ser considerada no cálculo da Taxa de Desocupação (%).

O mesmo trabalho também, considerando a série entre os anos de 2014 a 2019, evidencia o efeito do maior aumento desse contingente no Nordeste e no Norte do país, o que pode ser observado pelo crescimento mais expressivo da Taxa de Desocupação (%) ajustada para o desalento nessas regiões, comparativamente ao desempenho da Taxa de Desocupação (%). Adicionalmente, ressalta-se que a expectativa de encontrar emprego é um dos principais determinantes da evolução do desalento. Assim, caso essa expectativa fosse a mesma em todos os estados, a distribuição do desemprego seria mais crítica no Norte e Nordeste do que o mostrado pelo indicador tradicional, e menos grave no Sul e Centro-Oeste.

Observando o desemprego regional em 2019, nota-se que a região Sul é a única em que todas as unidades da federação apresentam Taxa de Desocupação (%) abaixo da média nacional. Nas outras quatro regiões do país, há estados com taxas acima e abaixo da média nacional. Em termos absolutos, o número de desalentados no país passou de aproximadamente um milhão e meio de pessoas em 2014 para cinco milhões em 2019.

No artigo de 2019 desalentados: o avanço do desemprego oculto e os esforços do governo do maranhão através dos programas mais emprego e mais empresas; pode ser observado que tanto o Brasil como o Maranhão têm graves problemas em relação a todo tipo de desocupação e em todas as esferas, onde a questão só aumenta e amplia, sem contar questões como precarização, vulnerabilidade, a diminuição dos postos de trabalho em todos os segmentos e setores com indústria e serviços e muitos outros ligados ao mundo do trabalho. Onde também é nítido que os desalentados impactam diretamente nas pesquisas e sensos quanto ao desemprego no país, pois a partir do momento que o trabalhador desiste de procurar trabalho, o mesmo não é mais incluído como desempregado.

Peruchetti e Matos (2019) descreveram, através do uso dos dados da Pnad Contínua, o aumento do desalento no Brasil no período pós recessão.. O número de desalentados passou de cerca de 2 milhões no segundo trimestre de 2012 para algo

próximo a 4,9 milhões de pessoas no segundo trimestre de 2019, um aumento de quase 153%. Também sugerem que todo o crescimento ocorreu após o segundo trimestre de 2015. Entre as razões apontadas para desistir de procurar um emprego, o desalentado pode declarar que não conseguiu um trabalho adequado, não tinha experiência profissional ou qualificação adequada, não conseguiu trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso ou por acreditar que não havia trabalho na localidade. O trabalho cita que a principal razão declarada foi não haver trabalho na localidade. Quase 63% dos desalentados afirmaram que desistiram de procurar emprego por essa razão.

O segundo motivo mais reportado foi por não ter conseguido encontrar um emprego adequado (19,5%), ser muito jovem e muito idoso (9,9%) e, por fim, não ter experiência ou a qualificação exigida (7,7%).

Segundo o artigo do Instituto Humanistas da Unisinos (2019), desalentados são aqueles que desistem de procurar trabalho. O desalento no Brasil atingiu 4,9 milhões de pessoas no 2º trimestre de 2019 considerando dados da pesquisa Pnad Contínua do IBGE.

A mesma pesquisa mostra que o desemprego é superior a 12 milhões de brasileiros e o contingente de pessoas na informalidade se aproxima a 40 milhões de trabalhadores. A informalidade atingiu o recorde da série histórica, iniciada em 2012, chegando a 41,4% da força de trabalho ocupada no Brasil, no Nordeste chega a 60%. A pesquisa destaca ainda que há cerca de 3,2 milhões de desempregados que estão à procura de trabalho há dois anos ou mais.

Esses dados alarmantes, desemprego que permanece alto, informalidade crescente e o tempo infundável para se conseguir um emprego, podem auxiliar nas explicações do desalento. Podem ajudar a compreender os motivos de que porque o desalento é alto e paradoxalmente porque não é ainda maior. Ou seja, a situação está ruim, mas poderia ser ainda pior.

A primeira hipótese para o alto índice do desalento é de que a “desistência” esteja associada ao fato de que o emprego com carteira assinada está se tornando um privilégio. Logo, as pessoas desistem de procurar porque de antemão consideram que não encontrarão esse tipo de trabalho.

Por outro lado, e essa é outra hipótese, como muitos não querem se subordinar a atividades informais que pagam pouquíssimo, não é improvável que a ‘desistência’ esteja associada a resistência em entrar ou permanecer no mercado informal. A hipótese é de que essas pessoas ao mesmo tempo em que desistiram de tentar um emprego formal, também recusam o informal, aumentando assim o desalento. Mas, o desalento pode ser ainda mais grave e mascarar uma condição subjetiva. Não é improvável que o desalento seria ainda maior se muitos não se subordinassem a atividades informais. A hipótese aqui é de que muitos deixaram de procurar um emprego formal porque consideram inatingível, logo o jeito é ficar com o que restou, o que é possível, o que se tem para o momento, ou seja, o trabalho informal, seja trabalhando para terceiros, seja por conta própria. Temos aqui um tipo de desalento mascarado. As pessoas encaram o que encontram, mas não o que desejam.

O desalento, portanto, encobre uma realidade perversa. Há a sua face visível, daqueles que simplesmente desistiram; mas ele pode estar presente mesmo nas atividades informais. O desalento aqui não é medido, mas pode estar escondendo a condição daqueles que tornaram o que era para ser uma exceção uma regra, ou seja, já não acreditam mais que um dia terão um emprego formal, logo tornam a situação da informalidade como a normalidade.

Trimestre	Brasil e Unidade da Federação	
	Brasil	Mato Grosso
1º trimestre 2012	3,3	1,4
2º trimestre 2012	3,2	1,2
3º trimestre 2012	3,1	1
4º trimestre 2012	3,2	1
1º trimestre 2013	3,2	1,3
2º trimestre 2013	3,1	1,1
3º trimestre 2013	2,9	0,8
4º trimestre 2013	2,6	1
1º trimestre 2014	2,5	0,5
2º trimestre 2014	2,3	1
3º trimestre 2014	2,3	1,2
4º trimestre 2014	2,5	1,5
1º trimestre 2015	2,6	1

2º trimestre 2015	2,6	1
3º trimestre 2015	2,9	0,9
4º trimestre 2015	4,2	2,2
1º trimestre 2016	4,4	2,6
2º trimestre 2016	5,1	2,6
3º trimestre 2016	5,4	2,5
4º trimestre 2016	6	2,9
1º trimestre 2017	6,4	2,4
2º trimestre 2017	6,2	2,3
3º trimestre 2017	6,6	3
4º trimestre 2017	6,7	4,2
1º trimestre 2018	7,1	4
2º trimestre 2018	7,3	4,7
3º trimestre 2018	7,3	4,1
4º trimestre 2018	7,2	3,7
1º trimestre 2019	7,4	3,4
2º trimestre 2019	7,5	3,4
3º trimestre 2019	7,3	4,2
4º trimestre 2019	7,1	3,8

Tabela 4 - Percentual de pessoas desalentadas na população fora da força de trabalho.

Analisando a tabela 5 e figura 9 que mostram os valores (x 1000) de pessoas ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho no Mato Grosso, observa-se que:

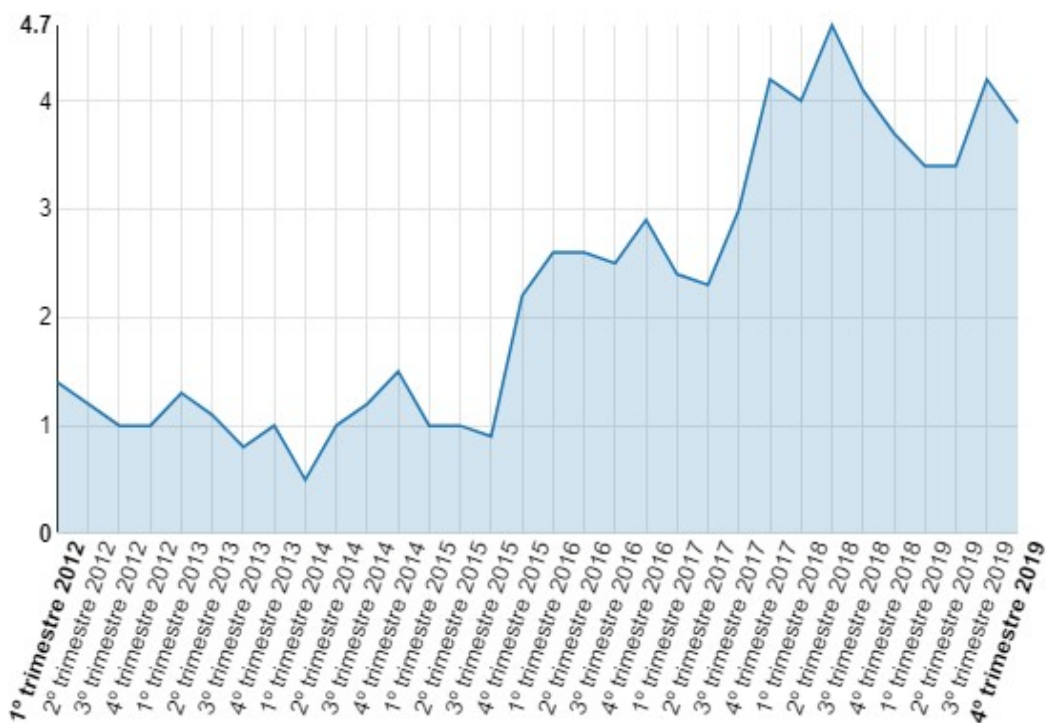


Figura 7 - Percentual de pessoas desalentadas na população fora da força de trabalho. Mato Grosso

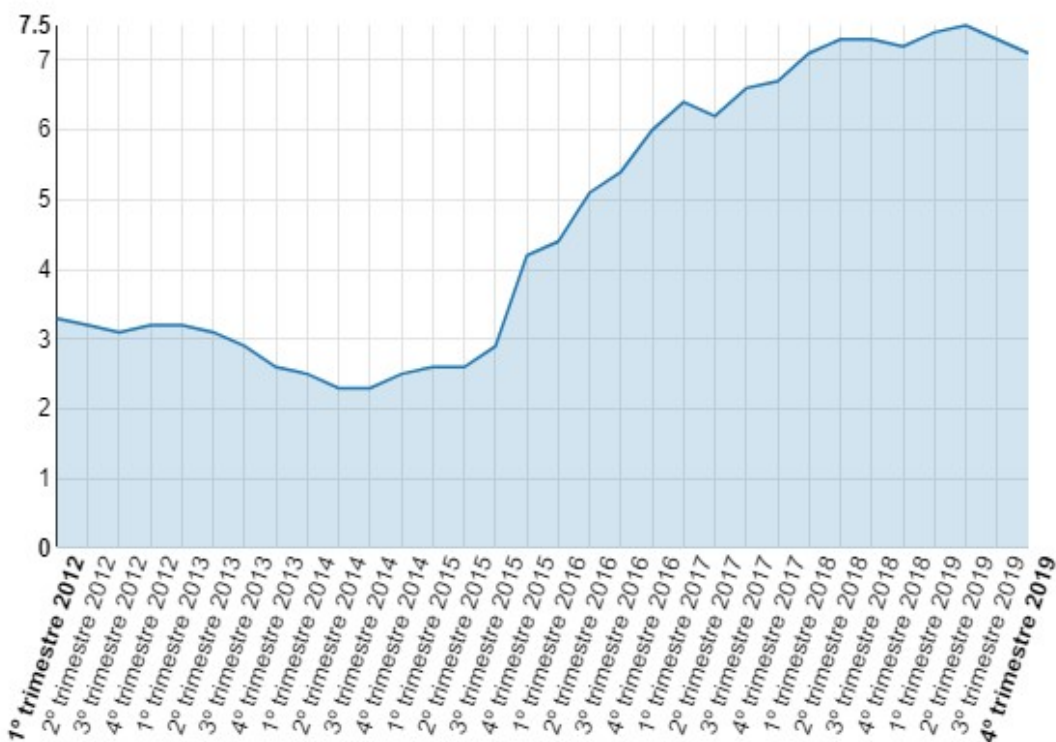


Figura 8 - Percentual de pessoas desalentadas na população fora da força de trabalho - Brasil

Valores crescem até o primeiro trimestre de 2015 com 1.039. Ocorre depois um tendência de queda até o terceiro trimestre de 2016 para o valor de 983. Novo aumento no quarto trimestre de 2016 com valor de 1.011. Diminuição no primeiro trimestre de 2017 para 986. Na sequência os valores crescem até 1088 no terceiro trimestre de 2018. No final da série os valores oscilam até chegarem a cerca de 1.100 pessoas contribuindo para instituto de previdência no estado analisado.

Analisando a tabela 5 e figura 10 que mostram os valores (x 1000) de pessoas ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência no Brasil, observa-se que: O número de contribuintes aumenta até 60.320 no quarto trimestre de 2015. Após observa-se uma queda até o valor de 57.756 no segundo trimestre de 2017. Na sequência os valores oscilam entre 57.000 e 59000 até o terceiro trimestre de 2019. No último trimestre analisado o valor chega a 59.394.

Uma análise da estratificação social no Brasil é incompleta se não considerara distribuição de benefícios previdenciários. A previdência pública contribui para uma fração considerável da renda de quase um terço das famílias brasileiras e contribui com cerca de um quinto da desigualdade total de renda no país. A tendência é que sua importância cresça ao longo do tempo, acompanhando a ampliação da proteção social e o envelhecimento da população.

O sistema previdenciário, no entanto, não é homogêneo. Não existe um regime previdenciário único, mas sim a combinação de uma série de regimes e sub-regimes com características próprias e impactos diferenciados sobre a desigualdade. Uma primeira divisão do sistema previdenciário distingue o regime geral da previdência social (RGPS), que atende aos trabalhadores do setor privado, e os regimes próprios (RPPS), previdência dos trabalhadores do setor público. A população que está em famílias que recebem alguma renda previdenciária é, majoritariamente, beneficiária do RGPS.

Embora os dois regimes sejam públicos, há uma diferença nas características distributivas de ambos. O RGPS transfere benefícios de valores mais baixos, mas

alcança uma grande quantidade de pessoas em diversas camadas sociais, ao passo que os RPPS têm benefícios mais altos, beneficia muito menos gente e atinge, primariamente, a população das classes mais elevadas. As contribuições previdenciárias suavizam, mas não são capazes de reverter esse viés distributivo a favor dos mais ricos. Entre ricos e pobres a proporção da renda das famílias dispendida com contribuições previdenciárias é semelhante e corresponde a uma fração pequena do total. As diferenças entre regimes são sintetizadas por seus coeficientes de concentração, ambos sendo muito concentrados, mas apresentando níveis extremamente altos no caso dos RPPS. Como resultado, a previdência pública como um todo é levemente regressiva, isto é, contribui para aumentar a desigualdade. Há uma tendência de convergência entre os dois regimes, mas, sem maiores mudanças nas legislações atuais, uma unificação dificilmente ocorrerá nas próximas décadas. Com o passar do tempo o componente inercial da regressividade dos RPPS deve diminuir, e seu perfil distributivo melhorar. Porém, como até o momento as reformas que favorecem a convergência são recentes e estabelecem regras de transição lentas, essa regressividade deve permanecer por longo período. Uma parte importante do impacto sobre a desigualdade diferenciado entre os dois regimes é explicada pela inexistência de um limite máximo para o valor dos benefícios na previdência dos trabalhadores do setor público, tal como existe no regime geral da previdência social. O coeficiente de concentração da distribuição dos benefícios dos RPPS que ultrapassam o teto é quase o dobro do observado em todo o RGPS. Embora menos de 1% da população viva em famílias em que ao menos uma pessoa recebe benefícios RPPS acima do valor do teto vigente no RGPS, esses benefícios mais altos têm um peso desproporcional na desigualdade, contribuindo com 4% da desigualdade total (Medeiros e Souza, 2014).

Constanzi et al (2017) em seu trabalho mostra que a previdência complementar é pouco disseminada no Brasil, atingindo uma proporção pequena dos trabalhadores, estando em patamar de cerca de 3,4% do total de ocupados, conforme estimativa feita a partir dos microdados da pnad contínua do IBGE de 2015. Uma das razões para atingir um contingente pequeno dos trabalhadores decorre do fato do teto do regime de previdência geral ser elevado para os padrões de rendimento brasileiro, com uma

proporção limitada de trabalhadores ocupados que tenham renda acima do referido teto. Ademais, as regras nos regimes próprios de previdência, com altas taxas de reposição, existência de benefícios com valores muito elevados, bem como integralidade e paridade tendem a diminuir a importância relativa da previdência complementar. Claro, contudo, que o fato de parcela relevante dos trabalhadores brasileiros ter baixo nível de rendimentos e pouca ou nenhuma capacidade contributiva também tende a atuar como um limitador para a expansão do regime de previdência complementar no Brasil.

A pesquisa pnad contínua do IBGE permite tanto estimar quantas pessoas contribuem para a previdência privada como traçar um perfil de quem são os segurados da previdência complementar no Brasil. No entanto, a análise não permite afirmar se o contribuinte pertence à uma entidade fechada ou aberta, sendo mais provável que a pergunta possa captar os dois grupos, sem a possibilidade de separação dos mesmos (Constanzi et al., 2017).

Trimestre	Contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho x Brasil e Unidade da Federação			
	Contribuintes		Não contribuintes	
	Brasil	Mato Grosso	Brasil	Mato Grosso
1º trimestre 2012	54029	918	33603	542
2º trimestre 2012	54904	938	34225	545
3º trimestre 2012	55581	953	34058	541
4º trimestre 2012	55829	931	34028	579
1º trimestre 2013	55705	948	33294	569
2º trimestre 2013	56550	951	33549	595
3º trimestre 2013	57246	970	33462	605
4º trimestre 2013	57789	972	33614	590
1º trimestre 2014	58354	989	32428	581
2º trimestre 2014	59206	1010	32370	576
3º trimestre 2014	59393	1039	32401	555
4º trimestre 2014	59794	1039	32602	542
1º trimestre 2015	59445	1039	32111	538
2º trimestre 2015	59597	1012	32153	535
3º trimestre 2015	59267	989	32368	531
4º trimestre 2015	60320	994	31479	557
1º trimestre 2016	59293	994	30923	508

2º trimestre 2016	59110	995	31270	538
3º trimestre 2016	58739	983	30694	539
4º trimestre 2016	58783	1011	31089	521
1º trimestre 2017	57596	986	30983	507
2º trimestre 2017	57756	996	32116	536
3º trimestre 2017	58086	1028	32868	540
4º trimestre 2017	58267	1063	33503	526
1º trimestre 2018	57586	1032	32686	531
2º trimestre 2018	57924	1044	33017	559
3º trimestre 2018	58257	1088	34076	561
4º trimestre 2018	58606	1078	34131	584
1º trimestre 2019	58407	1061	33456	586
2º trimestre 2019	58587	1073	34755	622
3º trimestre 2019	58475	1100	35326	598
4º trimestre 2019	59394	1097	35158	596

Tabela 5 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, (x 1000) ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho

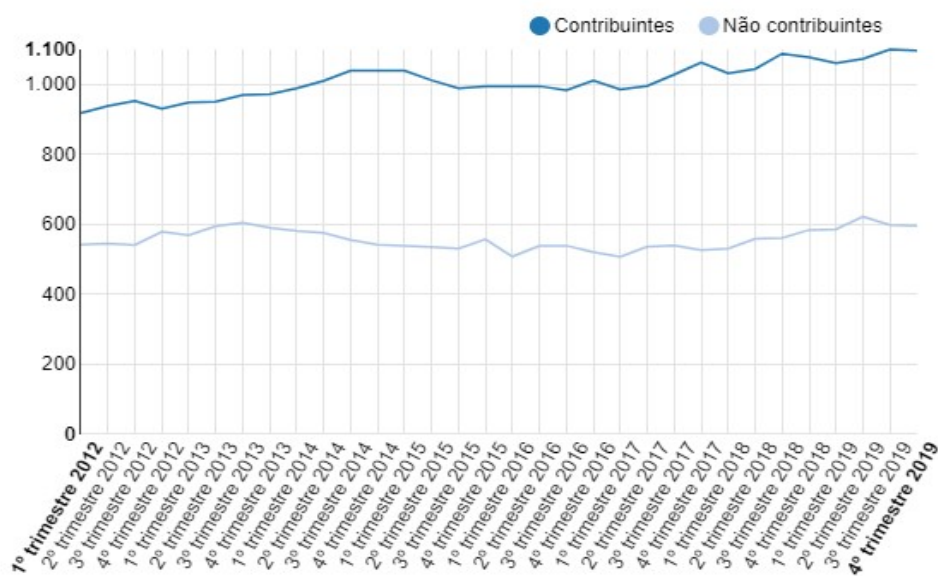


Figura 9 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas (x 1000) na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho. Mato Grosso.

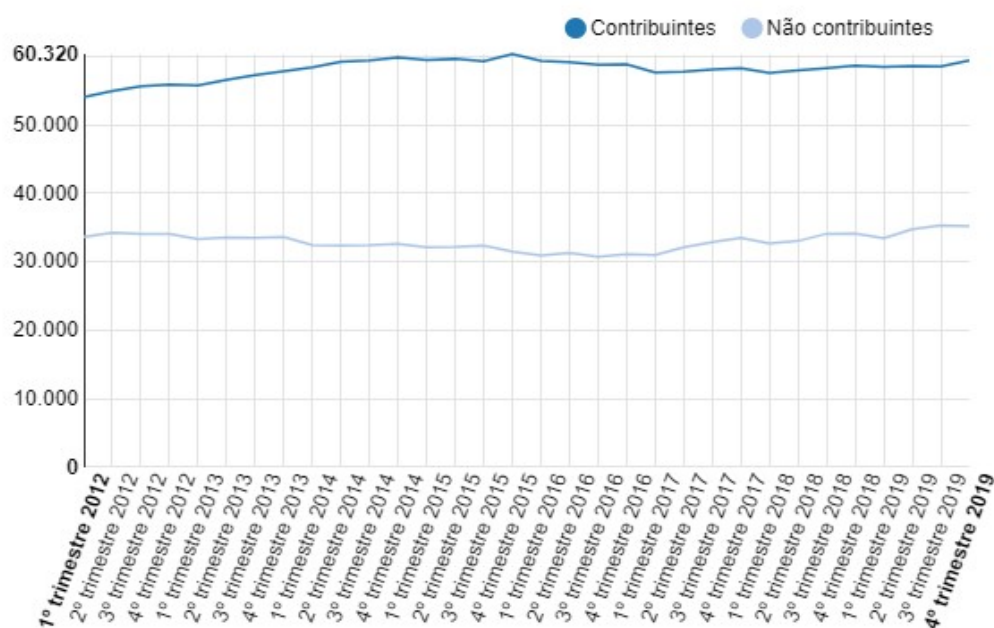


Figura 10 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas (x 1000) na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho. Brasil

Analisando a tabela 6 e figura 11 que mostram pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas no Mato Grosso, observa-se que: A faixa de 40 a 44hs é a que apresentou maior incremento, com os valores crescendo de 631 no início da série para 1.022 no final do período estudado. As faixas até 14hs e entre 15 e 39 horas também apresentam crescimento, mas de forma menos acentuada, respectivamente de 51 para 53 e de 290 para 327.

Considerando as faixas com os maiores períodos trabalhados habitualmente por semana ocorre o fenômeno inverso, onde na faixa de 45 a 48hs a queda, ao longo da série estudada é de 234 para 130 e na faixa de 49hs ou mais a queda vai de 254 para 161.

Analisando a tabela 6 e figura 12 que mostram Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas no Brasil, observa-se que: A faixa de 40 a 44hs é a que apresenta maior incremento, com os valores crescendo de 34.897 no início da série para 49.331 no final do período estudado. As faixas até 14hs e entre 15 e 39 horas também

apresentam crescimento, mas de forma menos acentuada, respectivamente de 3.847 para 4.018 e de 20.004 para 21.697.

Considerando as faixas com os maiores períodos trabalhados habitualmente por semana ocorre o fenômeno inverso, onde na faixa de 45 a 48hs a queda foi de 34.897 para 49.331 e na faixa de 49hs ou mais de 13.347 para 10.081.

Deve-se destacar que os dois níveis estudados ocorrem situações semelhantes, com o número de trabalhadores aumentando ao longo da série até a faixa de 40 a 44hs. Nas duas faixas acima, de 45 a 48hs e acima de 49hs ocorre o fenômeno inverso, com diminuição no número de trabalhadores no período estudado.

Segundo a Forbes (2015) baseando-se em pesquisa realizada pelo grupo Getvoip, cita que no Brasil trabalha-se, em média, 43,5 horas por semana, ou 8,7 horas por dia. Em países como Dinamarca, França e Estados Unidos a média semanal é de respectivamente: 38,3, 40,5 e 43 horas.

No Brasil a jornada padrão é de 40 horas semanais, com um salário médio de R\$ 1.298 por mês, segundo os dados do IBGE, segundo Sutto (2019).

De acordo com dados mais recentes da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) citado por Sutto (2019) na Holanda a média de trabalho é 5,8 horas por dia ou 29,2 horas por semana e média salarial de R\$ 17.155 por mês. O país ficou em primeiro lugar no ranking com as menores jornadas semanais de trabalho. Em seguida, vem a Dinamarca com 32,4 horas de trabalho por semana e média salarial de R\$ 21.488 por mês.

Segundo Gaspar (2017) que realizou análise de dados secundários extraídos através de corte longitudinal entre 2007 a 2013 da pesquisa pnad contínua, observou que em vários países existem evidências de uma correlação negativa (invertida) entre as variáveis jornada de trabalho e produtividade. Este considera, entretanto, que é necessário um aprofundamento em outros aspectos e que não obteremos uma resposta conclusiva, pelo menos em curto prazo.

trimestre	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal x Brasil e Unidade da Federação									
	Até 14 horas		15 a 39 horas		40 a 44 horas		45 a 48 horas		49 horas ou mais	
	Brasil	MT	Brasil	MT	Brasil	MT	Brasil	MT	Brasil	MT
1º trimestre 2012	3847	51	20004	290	34897	631	15537	234	13347	254
2º trimestre 2012	3814	51	20860	311	36085	658	15744	224	12626	238
3º trimestre 2012	3759	42	21004	325	36499	668	16071	248	12306	210
4º trimestre 2012	3731	49	20834	318	36900	644	16126	280	12266	217
1º trimestre 2013	3633	53	20503	314	37324	683	15759	249	11780	217
2º trimestre 2013	3788	50	20909	321	38193	717	15742	246	11466	211
3º trimestre 2013	3432	61	20794	344	39350	701	15777	264	11354	205
4º trimestre 2013	3458	48	21140	347	39875	703	16020	286	10911	178
1º trimestre 2014	3175	46	20850	337	40366	741	15855	250	10536	196
2º trimestre 2014	3331	45	21255	337	41110	784	15747	233	10134	186
3º trimestre 2014	3447	50	21400	340	41075	761	15827	240	10046	203
4º trimestre 2014	3641	53	21611	337	41270	740	15677	240	10198	211
1º trimestre 2015	3522	58	21380	342	41302	740	15605	237	9747	200
2º trimestre 2015	3757	56	21634	332	41514	740	15307	224	9537	195
3º trimestre 2015	3777	49	22069	338	41098	724	14987	223	9705	187
4º trimestre 2015	3680	75	20051	308	47329	845	11636	142	9104	181
1º trimestre 2016	3161	75	19797	295	48083	835	10770	144	8405	153
2º trimestre 2016	3317	60	19957	313	47935	837	10604	166	8566	157
3º trimestre 2016	2986	37	19426	305	48848	888	9873	151	8299	140
4º trimestre 2016	3227	38	19698	311	48836	881	9626	153	8484	150
1º trimestre 2017	3080	27	19406	302	48387	897	9249	139	8457	128
2º trimestre 2017	3605	46	19990	318	48311	912	9255	121	8712	134
3º trimestre 2017	3840	37	20291	336	48658	897	9240	133	8924	165
4º trimestre 2017	3921	43	20905	338	48456	876	9103	135	9385	197
1º trimestre 2018	3704	48	20587	321	47776	881	9135	124	9070	191
2º trimestre 2018	3951	44	20914	356	47712	895	9275	133	9089	176
3º trimestre 2018	4059	60	21351	345	48383	921	9060	119	9480	204
4º trimestre 2018	4155	59	21327	362	48056	916	9426	114	9772	212
1º trimestre 2019	3943	53	20994	325	48202	936	9062	132	9663	202
2º trimestre 2019	4346	64	21420	366	48195	957	9390	124	9990	183
3º trimestre 2019	4196	52	21562	356	48738	973	9331	139	9974	179

4º trimestre 2019	4018	53	21694	327	49331	1022	9428	130	10081	161
-------------------	------	----	-------	-----	-------	------	------	-----	-------	-----

Tabela 6 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal

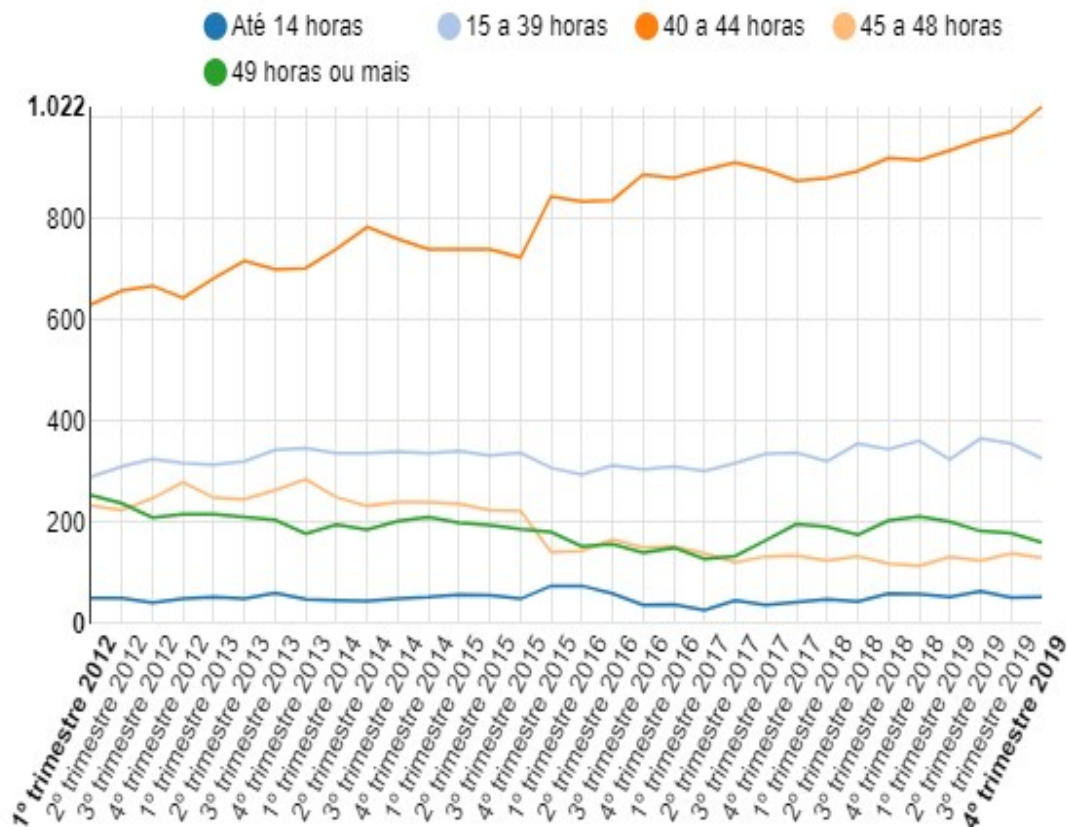


Figura 11 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal. Mato Grosso

Analisando a tabela 7 e figuras 13 e 14 que mostram pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência como empregados (exclusive trabalhadores domésticos), por tipo de contratação (temporária ou indeterminada) (x 1000) tanto ao nível de Brasil como Mato Grosso, observa-se que: O número de contratações temporárias diminuem e o número de contratações por tempo indeterminado aumentam.

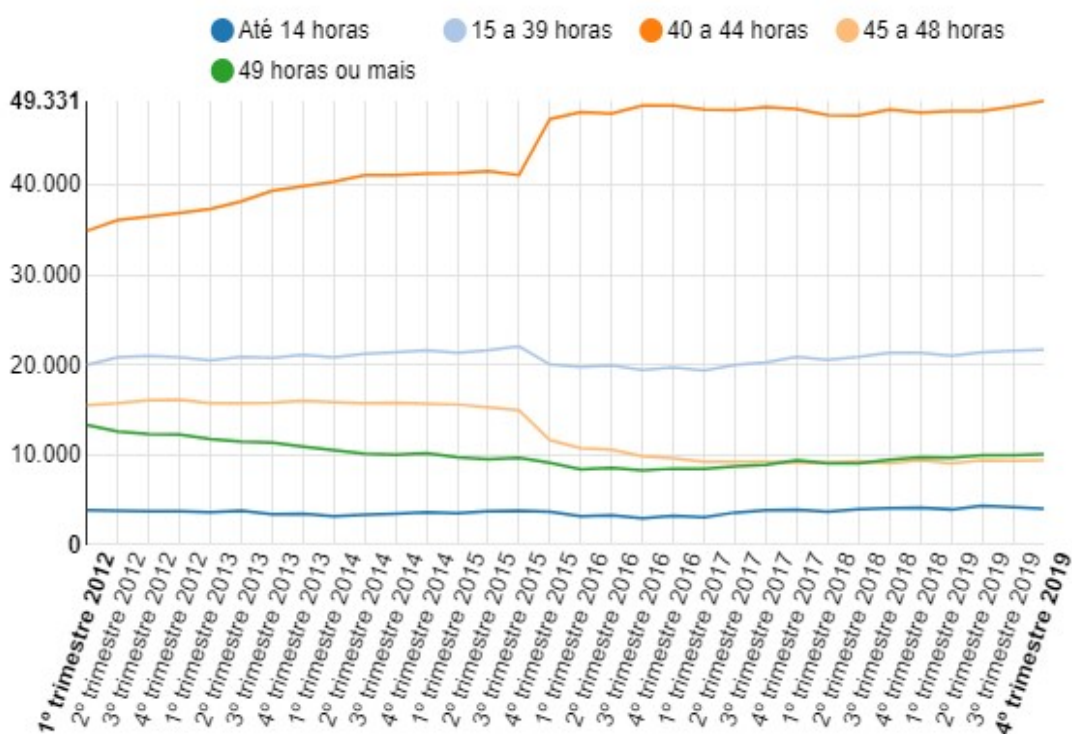


Figura 12 - pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal. Brasil

Considerando contratações temporárias a nível de Brasil o percentual de diminuição é de 11,43%. Com os valores caindo ao longo da série de 7.195 para 3.372.

Considerando contratações temporárias a nível de Mato Grosso o percentual de diminuição é de 7,35%. Com valores caindo ao longo da série de 136 para 126.

Analisando contratações por tempo indeterminado a nível de Brasil o percentual de aumento é de 5,65%. Com valores aumentando ao longo da série de 48.072 para 50.792.

Analisando contratações por tempo indeterminado a nível de Mato Grosso o percentual de aumento é de 13,76%. Com valores aumentando ao longo da série de 792 para 901.

Deve-se considerar quem a queda do número de contratações temporárias em Mato Grosso é menor que no Brasil. Considerando as contratações por tempo

interminado o fenômeno é inverso, onde o crescimento no Mato Grosso é maior que o observado a nível nacional.

As mudanças no mercado de trabalho apontam para a coexistência de modelos diferentes de contratação que devem funcionar de forma complementar de maneira a atender a necessidades específicas. A legislação atual e as políticas governamentais de uma forma geral foram concebidas tendo como foco o modelo de trabalho padrão, que, no caso do Brasil, é representado por contratos regidos pela CLT.

Dada a disseminação de outros tipos de contrato de trabalho, podemos dizer que existe um descompasso entre a realidade do mundo do trabalho e sua regulamentação. Nesse contexto, o papel do estado é fundamental para, a partir de uma nova realidade, que já se faz presente, atuar no sentido de estabelecer regulamentações mínimas de direitos trabalhistas e seguridade social, que resguardem o trabalhador individual, parte que em geral tem menor poder de negociação nesses processos.

Pesquisas sobre a estruturação do mercado de trabalho no Brasil apontam para a disseminação de uma grande variedade de contratos de trabalho fora do padrão CLT. Esta pesquisa confirmou que isso é uma realidade, até mesmo em um grupo mais restrito, como o de trabalhadores qualificados.

Os resultados da referida pesquisa apontam para a disseminação de relações de trabalho diferentes das tradicionais. Devemos ressaltar, no entanto, que diversas modalidades de contratos de trabalho identificadas são específicas da realidade brasileira, não encontrando paralelo em outros países. Podemos dizer que existe um descompasso dentro do contexto brasileiro entre as relações de trabalho atuais e o ambiente no qual elas estão inseridas. A sociedade brasileira e a legislação trabalhista estão estruturadas com base nas relações de trabalho formais. Isso faz com que os trabalhadores fora desse sistema normalmente fiquem sem acesso a uma série de garantias e benefícios e ao sistema de seguridade social. Outra consequência é que a contribuição para o sistema de seguridade social fica comprometida nesse tipo de contrato de trabalho. As organizações também não sabem lidar com uma força de trabalho com diferentes tipos de contrato, enfrentando muitas vezes problemas

complexos decorrentes dessa situação. E os trabalhadores em geral não estão preparados para atuar nesse mercado de trabalho diferenciado. Ressaltamos que os trabalhadores são o elo mais frágil desse contexto, devido ao fato de individualmente possuírem menos recursos para maximizar os aspectos positivos e minimizar os aspectos negativos associados aos contratos de trabalho que diferem dos tradicionais (Azevedo e Tonelli, 2014).

A discussão sobre a subcontratação nas organizações contemporâneas é entendido como parte do processo mais amplo de flexibilização das instituições sociais e do trabalho que acompanhou o desmonte do fordismo e tem sido responsável pela fragmentação e precarização dos mercados de trabalho em todos os países industrializados. À luz das teses da crise da sociedade salarial e da acumulação flexível, cuja referência é encontrada no pensamento da escola da regulação fordista, argumenta-se que a subcontratação, mais conhecida no Brasil como terceirização, reforça as relações de dominação e o controle social sobre a força de trabalho, rebaixando ou retirando direitos historicamente conquistados. Esse processo tem sido muito mais pernicioso em sociedades de democracia recente, como a brasileira, nas quais as novas práticas de flexibilização do trabalho contribuíram para fragilizar, ainda mais, a estrutura do mercado de trabalho, historicamente marcada pelos baixos salários, pela excessiva instabilidade do vínculo empregatício, pela baixa qualificação dos seus trabalhadores, pela fraca organização coletiva, pelos poucos direitos cidadãos. Apesar dos avanços nos indicadores do emprego e da renda na última década no país, a subcontratação tem se disseminado, o que reitera esse padrão predatório de relações de trabalho (Costa, 2017).

Em um ambiente de competição econômica global, empresas e estados focaram suas estratégias de ajuste competitivo no princípio de flexibilidade e desregulamentação do trabalho e da redução dos gastos sociais. Em muitos países, estas políticas significaram o abandono das metas de pleno emprego e o aumento dos regimes de emprego precários ou não-regulamentados. Com relação as relações de trabalho no Canadá e Brasil e as recentes mudanças nos regimes de emprego e na estrutura do mercado de trabalho destes países. Ainda que devam ser consideradas suas especificidades, a pesquisa revela que as experiências de flexibilização do

mercado de trabalho em ambos os países resultaram em redução de direitos, o que contribuiu para o aumento da desigualdade social no Canadá e para a deterioração das condições de emprego e pobreza no Brasil (Costa, 2007).

A preocupação com o cálculo e a interpretação dos índices de turnover constitui hábito da maioria dos gerentes interessados na manutenção de seu quadro de pessoal.

Embora não sejam fáceis de eliminar, hábitos podem ser mudados. É o que sugerimos: que haja uma transferência de atenção para se descobrir as razões de permanência dos empregados nas organizações, ao invés de se pesquisar prováveis causas de abandono. É tempo de as organizações analisarem suas políticas de recursos humanos, dedicando-se à pesquisa e identificação daquelas razões que mantêm seus empregados nos cargos que ocupam. Se passarmos a reforçar as razões certas, não só melhoraremos as estatísticas de turnover, como também garantiremos maior retorno sobre os investimentos efetuados em recursos humanos (Santana Filho, 1979).

Trimestre	Tipo de contratação x Brasil e Unidade da Federação			
	Contrato temporário		Contrato por tempo indeterminado	
	Brasil	MT	Brasil	MT
1º trimestre 2012	7195	136	48072	792
2º trimestre 2012	6929	145	49377	806
3º trimestre 2012	7005	132	49913	814
4º trimestre 2012	6471	116	50237	828
1º trimestre 2013	5865	105	50243	835
2º trimestre 2013	6323	121	50592	845
3º trimestre 2013	6532	141	51057	841
4º trimestre 2013	6450	133	51269	835
1º trimestre 2014	5993	128	51772	852
2º trimestre 2014	6130	142	52168	842
3º trimestre 2014	6430	149	51752	848
4º trimestre 2014	6485	125	51830	853
1º trimestre 2015	5865	114	51319	855
2º trimestre 2015	6124	107	51036	846
3º trimestre 2015	6350	106	50524	825
4º trimestre 2015	6642	127	49865	774

1º trimestre 2016	5978	111	49107	791
2º trimestre 2016	6413	111	49155	814
3º trimestre 2016	6282	99	49196	824
4º trimestre 2016	6518	122	49033	814
1º trimestre 2017	5821	117	48431	792
2º trimestre 2017	6549	125	48500	812
3º trimestre 2017	6911	136	48594	830
4º trimestre 2017	7094	151	48623	831
1º trimestre 2018	6503	122	48164	833
2º trimestre 2018	6585	126	48677	837
3º trimestre 2018	6965	135	49087	868
4º trimestre 2018	6641	128	49386	849
1º trimestre 2019	5850	121	49554	850
2º trimestre 2019	6179	124	50195	866
3º trimestre 2019	6338	125	50258	894
4º trimestre 2019	6372	126	50792	901

Tabela 7 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência como empregados (exclusive trabalhadores domésticos) no trabalho principal, por tipo de contratação.

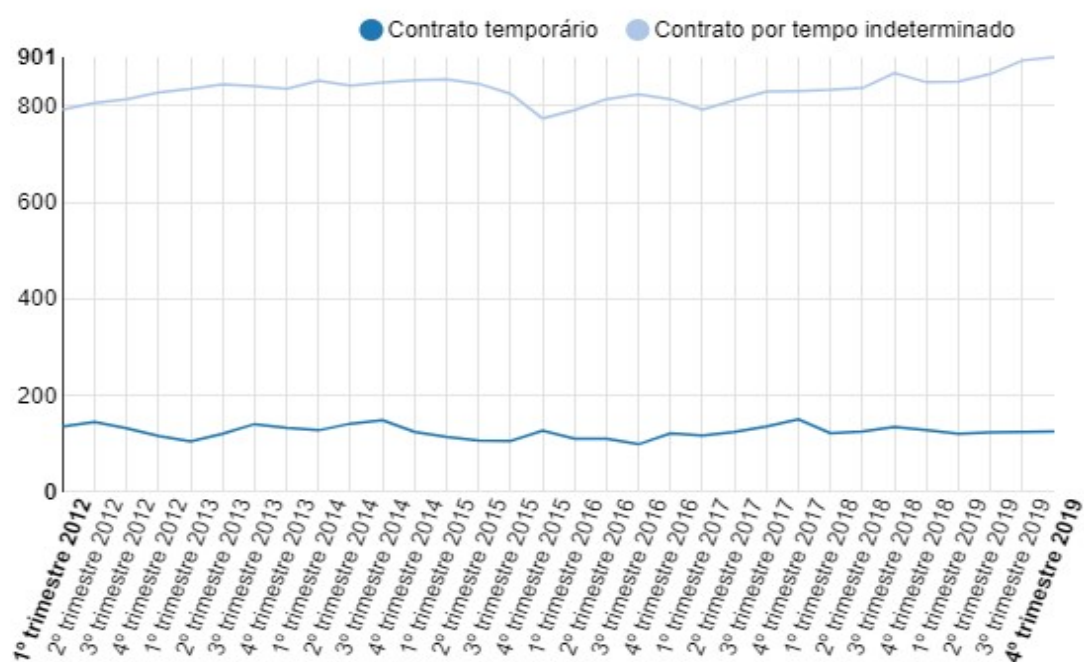


Figura 13 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência como empregados (exclusive trabalhadores domésticos) no trabalho principal, por tipo de contratação. Mato Grosso

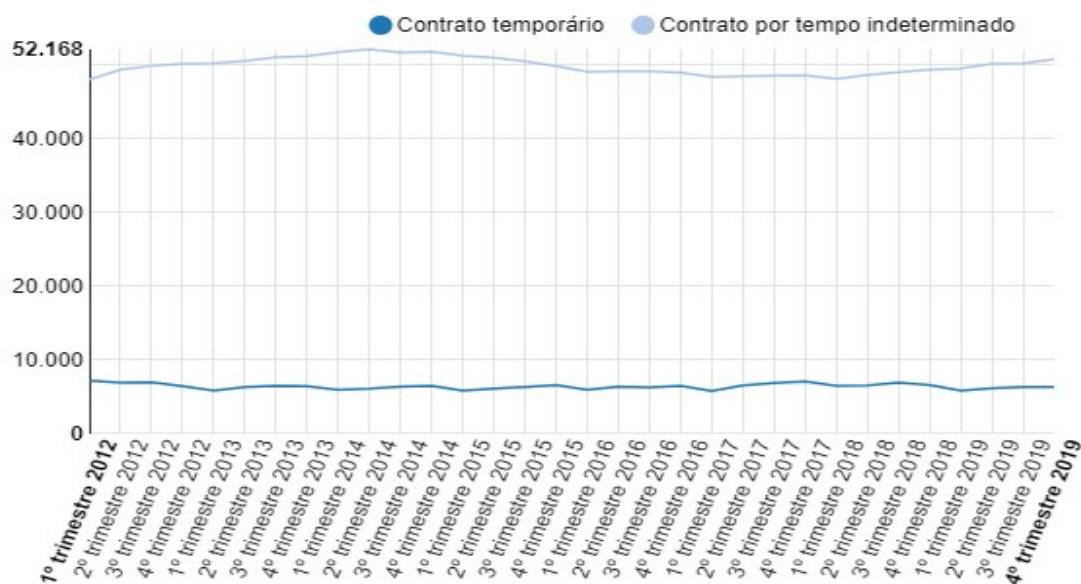


Figura 14 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência como empregados (exclusive trabalhadores domésticos) no trabalho principal, por tipo de contratação. Brasil

Analisando a tabela 8 e figuras 15 e 16 observa-se que predomina fortemente o tempo de permanência a faixa de 2 anos ou mais. Na sequência aparece o tempo de permanência de 1 mês a 1 ano, seguido pela faixa de 1 a 2 anos. Por último aparece a faixa de tempo de permanência de menos de 1 mês.

Considerando somente os dados da tabela 8 e figura 15 observa-se que no Mato Grosso, ao longo da série estudada, um aumento percentual de apenas 0,8% no número de pessoas em contratos de menos de 1 mês. Ocorreu também incrementos nos tempos de permanência de de 1 mês a 1 ano e de mais de 2 anos de respectivamente e 6,4% e 10,25%. Somente a faixa de 1 a dois anos apresentou diminuição de -1,6%.

Considerando somente os dados da Tabela 8 e figura 16 observa-se no Brasil, ao longo da série analisada, que ocorre aumento percentual nos quatro faixas analisadas. O crescimento a faixa até 1 mês foi de 26,22%, de 1 mês a 1 anos de 19,52%, de 1 a 2 anos de -3,7%, e acima de 2 anos de 61,64%.

Deve-se destacar que apenas a faixa de 1 a 2 anos a nível de Brasil apresentou decréscimo percentual ao longo da série analisada.

Também é importante citar que a nível de Brasil a faixa até 1 mês responde por 4% do total de pessoas ocupadas; de 1 mês a 1 anos por 19,16%, de 1 a 2 anos por 9,79% e 2 anos ou mais por 67,64%. A nível de Mato Grosso os valores são de respectivamente 4,35%; 23,87; 9,92% e mais de 2 anos de 61,64%.

Segundo Rede Brasil Atual (2014), e considerando os dados do Dieese no no de 2014, o tempo médio de permanência do brasileiro no emprego chegou a três anos e um mês no ano de 2014, valor mais alto desde 2002, quando começou a ser medido. O dado foi registrado no primeiro trimestre de 2014. Valorização do trabalhador qualificado e a atuação das organizações sindicais são apontados como os principais fatores para a estabilidade.

As formas flexíveis de emprego, em grande parte, são inseguras e mal pagas. Por essa razão, em vez de contribuírem para a melhoria da vida familiar, podem provocar graves problemas financeiros e de planejamento futuro, uma vez que a sociedade, em muitos aspectos essenciais, tais como possibilidade de comprar a crédito, de financiar imóvel ou de dispor de aposentadoria, está organizada no pressuposto de que as pessoas tenham emprego. A flexibilização do emprego significa, para além de transferir responsabilidades e riscos para os indivíduos, transferir também para o Estado. Na impossibilidade de serem os indivíduos a assumirem as responsabilidades pelo enfrentamento aos agravos provocados por doenças, ao perigo de inadimplência na aquisição de habitação e ao cumprimento das exigências normativas para alcançar o direito de recebimento de pensões por aposentadoria.

O conceito de precarização segue paralelo ao de flexibilização que, por sua vez, altera a regulamentação do mercado de trabalho e a garantia de direitos dos trabalhadores, levando à eliminação das condições de trabalho favoráveis ao trabalhador, deixando-o mais suscetível a práticas degradantes. As condições de trabalho, tais como as existentes em empregos precários, são os maiores determinantes sociais de desigualdades em quadros de saúde. Precarização do trabalho é um construto integrado a um quadro de relações de poder, as quais são

peças-chave na determinação de condições de trabalho e de bem-estar e saúde do trabalhador.

Nesse horizonte, a projeção de cenários sobre o futuro do trabalho depende de um conjunto de condições macroeconômicas, sociais e culturais (Marques, 2013), de modo que a maior difusão de estudos acerca das práticas de precarização de vínculos empregatícios possibilite a criação de movimentos de resistência que demandem a abertura de agendas políticas e sociais voltadas a enfrentar, sem esquivas e de maneira responsável, o problema que se avoluma. A autor acena com otimismo ao preconizar que os avanços modernos em tecnologia de informação e gestão humana podem promover a melhoria simultânea da produtividade, do emprego e da qualidade de vida, desde que prevaleça uma perspectiva antropocêntrica (Araújo e Moraes, 2017).

Trimestre	Tempo de permanência no trabalho principal x Brasil e Unidade da Federação							
	Menos de 1 mês		De 1 mês a menos de 1 ano		De 1 ano a menos de 2 anos		2 anos ou mais	
	Brasil	MT	Brasil	MT	Brasil	MT	Brasil	MT
1º trimestre 2012	3190	61	17023	338	9412	162	58007	899
2º trimestre 2012	3137	65	17758	358	9333	160	58900	899
3º trimestre 2012	3030	59	18128	353	9524	180	58957	902
4º trimestre 2012	2807	53	17968	355	9614	163	59468	938
1º trimestre 2013	3080	61	16800	350	9533	168	59587	938
2º trimestre 2013	3013	51	17983	365	9327	165	59775	966
3º trimestre 2013	2982	65	18741	388	9455	166	59529	956
4º trimestre 2013	2691	55	18620	377	9738	159	60354	970
1º trimestre 2014	2691	60	16845	343	10078	180	61169	988
2º trimestre 2014	2661	54	17078	364	10287	184	61551	983
3º trimestre 2014	2728	47	17262	369	10083	191	61722	987
4º trimestre 2014	2594	45	17446	353	10055	182	62302	1001
1º trimestre 2015	2686	63	15742	311	10063	178	63064	1025
2º trimestre 2015	2539	54	16192	330	9810	161	63208	1003
3º trimestre 2015	2546	60	16219	340	9850	162	63020	957
4º trimestre 2015	2336	54	16338	340	9733	164	63393	993
1º trimestre 2016	2518	58	14509	309	9562	165	63628	971
2º trimestre 2016	2305	51	14950	321	9333	180	63791	981
3º trimestre 2016	2399	54	15167	330	8948	165	62919	974

4º trimestre 2016	2457	47	15112	346	8948	153	63354	987
1º trimestre 2017	2771	67	14312	280	8720	156	62776	989
2º trimestre 2017	2800	57	16133	322	8580	156	62360	996
3º trimestre 2017	3076	67	17102	337	8738	173	62038	990
4º trimestre 2017	2973	64	17694	365	9048	161	62054	998
1º trimestre 2018	3107	70	15869	319	9223	171	62073	1003
2º trimestre 2018	3073	64	16578	347	8950	175	62340	1018
3º trimestre 2018	3266	77	17474	374	8920	175	62672	1023
4º trimestre 2018	3061	74	17430	372	9087	163	63159	1054
1º trimestre 2019	3338	79	16100	339	8915	173	63511	1057
2º trimestre 2019	3193	67	17248	364	9018	181	63883	1082
3º trimestre 2019	3339	73	17930	389	9129	178	63402	1057
4º trimestre 2019	3218	77	18117	404	9261	168	63956	1043

Tabela 8 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por tempo de permanência no trabalho principal.

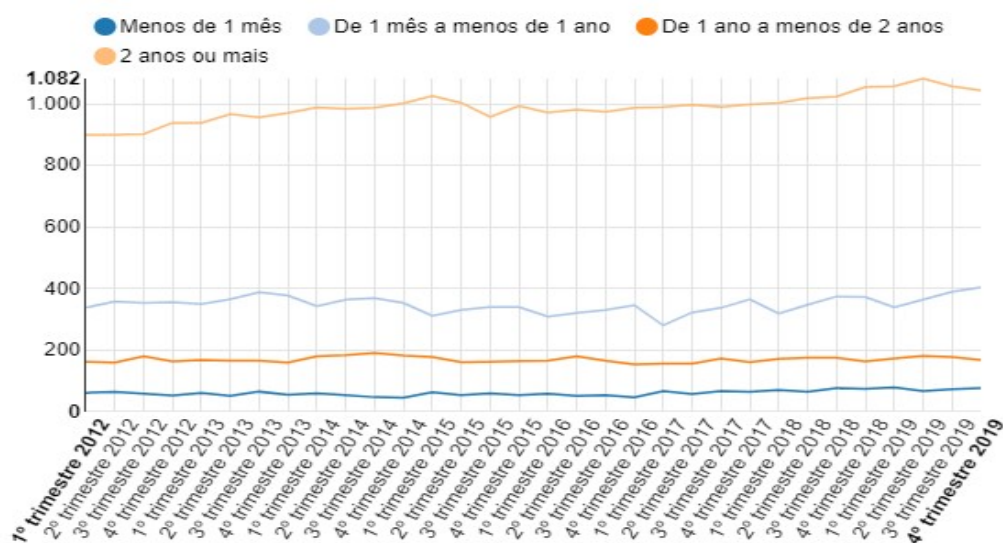


Figura 15 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por tempo de permanência no trabalho principal . Mato Grosso

Analisando a tabela 9 e figuras 17 e 18 observa-se que na série estudada, tanto a nível Brasil com Mato Grosso, que destaca-se sempre o tempo de procura de trabalho no intervalo de 1 mês a um ano. Os outros intervalos (menos de 1 mês, de 1 a 2 anos e mais de 2 anos) apresentam-se normalmente com valores semelhantes ao longo da série. Já para o nível Brasil é possível observar o aumento dos intervalos dos intervalos de 1 a 2 anos e mais de 2 anos a partir do quarto trimestre de 2014. Já a

partir do primeira trimestre de 2017 destaca-se isoladamente o intervalo acima de 2 anos.

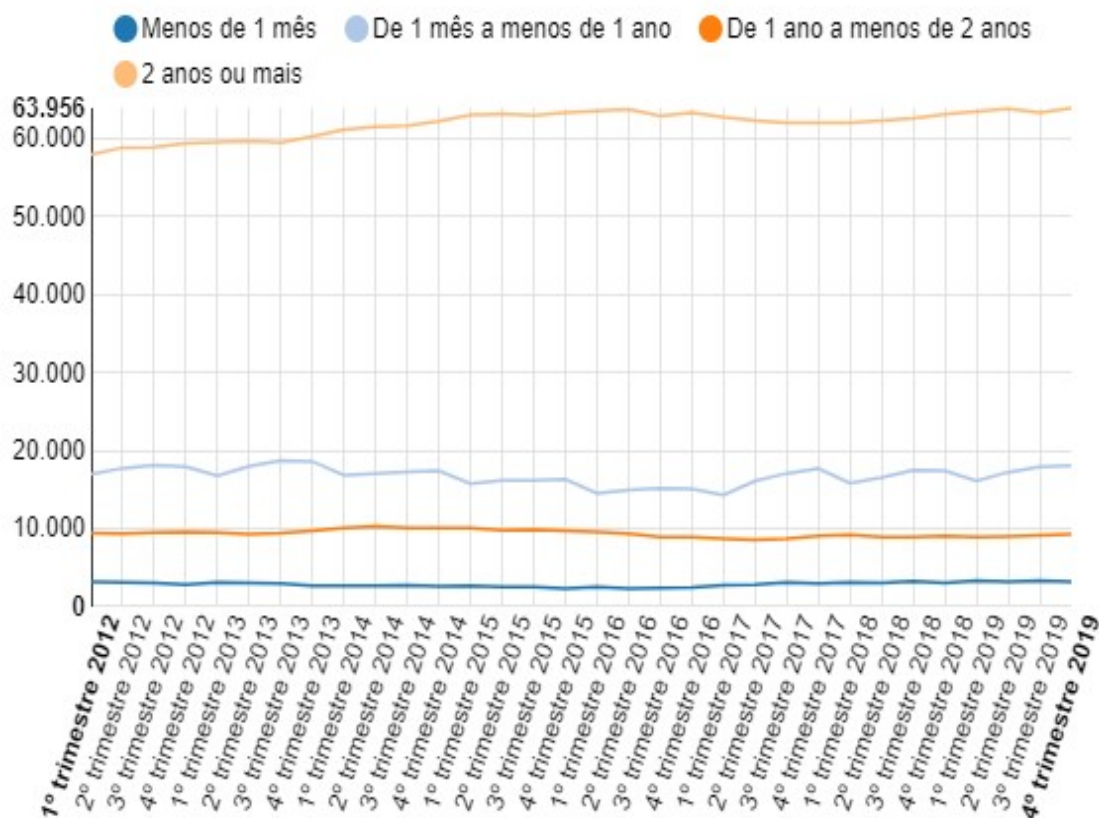


Figura 16 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por tempo de permanência no trabalho principal. Brasil

Considerando somente os dados da tabela 9 e figura 16 observa-se que a nível de Mato Grosso ao longo da série analisada ocorre um aumento percentual de 62,5% no número de pessoas procurando emprego a menos de 1 mês. Ocorreu também incrementos nos tempos de permanência de 1 a 2 anos e de mais de 2 anos de respectivamente 50% e 8,33%. O intervalo de 1 mês a 1 anos apresentou estabilidade em relação ao início e final da série.

Considerando somente os dados da Tabela 8 e figura 16 observa-se que a nível de Brasil ao longo da série analisada ocorre aumento percentual nos quatro faixas analisadas. O crescimento a faixa até 1 mês foi de 66,6%, da de 1 mês a 1 anos de 40,54%, de 1 a 2 anos de 68,36%, e de 2 anos ou mais de 65,62%.

Deve-se destacar que apenas a faixa de 1 mês a 1 anos a nível de Mato Grosso não apresentou crescimento durante a série estuda, apresentando no início e final da série valores iguais. Co, descréscimo percentual ao longo da série analisada.

Também é importante citar que a nível de Brasil a faixa até 1 mês responde por 16% do total de pessoas em busca de trabalho; de 1 mês a 1 anos por 44,79%, de 1 a 2 anos por 14,18% e 2 anos ou mais por 64%. A nível de Mato Grosso os valores são semelhantes com respectivamente:22,41%; 46,69%; de 12,93% e de 2 anos ou mais de 18,96%.

Segundo o site Rede Brasil Atual (2017), analisando o levantamento mensal da Fundação Seade e do Dieese, feito no ano de 2017, indica que o trabalhador da região metropolitana de São Paulo demora, em média, 43 semanas, ou cerca de nove meses e meio, para conseguir recolocação no mercado de trabalho. Comparado com igual período de 2016, o tempo de busca ativa por emprego, que era de 35 semanas em três regiões metropolitanas pesquisadas, aumentou em 22,9%. Com dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), o Seade e o Dieese mapearam o tempo de espera por recolocação no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador e Porto Alegre. Em Salvador, o tempo de procura supera um ano. Em junho de 2016, o soteropolitano buscava uma colocação por até 51 semanas, em média. Um ano depois, essa espera pode chegar a até 60 semanas, o que representa mais de 13 meses à procura de um trabalho. Já na capital gaúcha, a duração da busca ativa até a conquista de um novo posto de trabalho, formal ou informal, subiu menos, mas também registrou alta no período, passando de 32 semanas, há um ano, para 37 semanas.

Trimestre	Tempo de procura de trabalho x Brasil e Unidade da Federação							
	Menos de 1 mês		De 1 mês a menos de 1 ano		De 1 ano a menos de 2 anos		2 anos ou mais	
	Brasil	MT	Brasil	MT	Brasil	MT	Brasil	MT
1º trimestre 2012	1117	16	3705	53	980	10	1757	24
2º trimestre 2012	908	11	3818	54	1003	11	1516	15
3º trimestre 2012	816	12	3607	42	942	11	1450	15
4º trimestre 2012	832	11	3563	44	968	8	1247	10
1º trimestre 2013	1134	15	4126	55	1039	10	1405	13

2º trimestre 2013	845	12	4033	47	1029	5	1317	9
3º trimestre 2013	850	12	3772	38	951	6	1180	8
4º trimestre 2013	806	14	3104	35	976	5	1127	6
1º trimestre 2014	1004	15	3664	43	1018	6	1315	9
2º trimestre 2014	840	13	3616	39	1069	6	1199	6
3º trimestre 2014	760	12	3648	38	1099	5	1155	8
4º trimestre 2014	763	14	3475	37	1033	8	1138	6
1º trimestre 2015	1011	18	4258	53	1242	10	1372	13
2º trimestre 2015	893	17	4577	61	1395	10	1435	13
3º trimestre 2015	927	21	4915	62	1541	12	1538	13
4º trimestre 2015	955	15	4726	57	1692	8	1646	13
1º trimestre 2016	1275	31	5748	78	1994	15	2006	26
2º trimestre 2016	1063	23	6026	93	2108	24	2326	27
3º trimestre 2016	1167	22	6196	89	2207	19	2389	20
4º trimestre 2016	1283	25	6251	88	2305	21	2439	27
1º trimestre 2017	1746	25	6944	106	2538	19	2878	25
2º trimestre 2017	1442	19	6724	82	2353	22	2907	21
3º trimestre 2017	1497	29	6268	80	2309	25	2832	29
4º trimestre 2017	1513	21	5740	62	2238	20	2776	22
1º trimestre 2018	2004	39	6360	74	2249	21	3022	26
2º trimestre 2018	1860	31	6059	78	1853	16	3151	24
3º trimestre 2018	1674	20	5743	61	1846	17	3187	21
4º trimestre 2018	1811	27	5351	54	1876	14	3113	28
1º trimestre 2019	2108	34	6074	85	1886	13	3319	33
2º trimestre 2019	1789	26	5823	77	1807	17	3347	34
3º trimestre 2019	1801	28	5863	70	1700	18	3150	32
4º trimestre 2019	1861	26	5210	53	1650	15	2910	22

Tabela 9 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência, por tempo de procura de trabalho

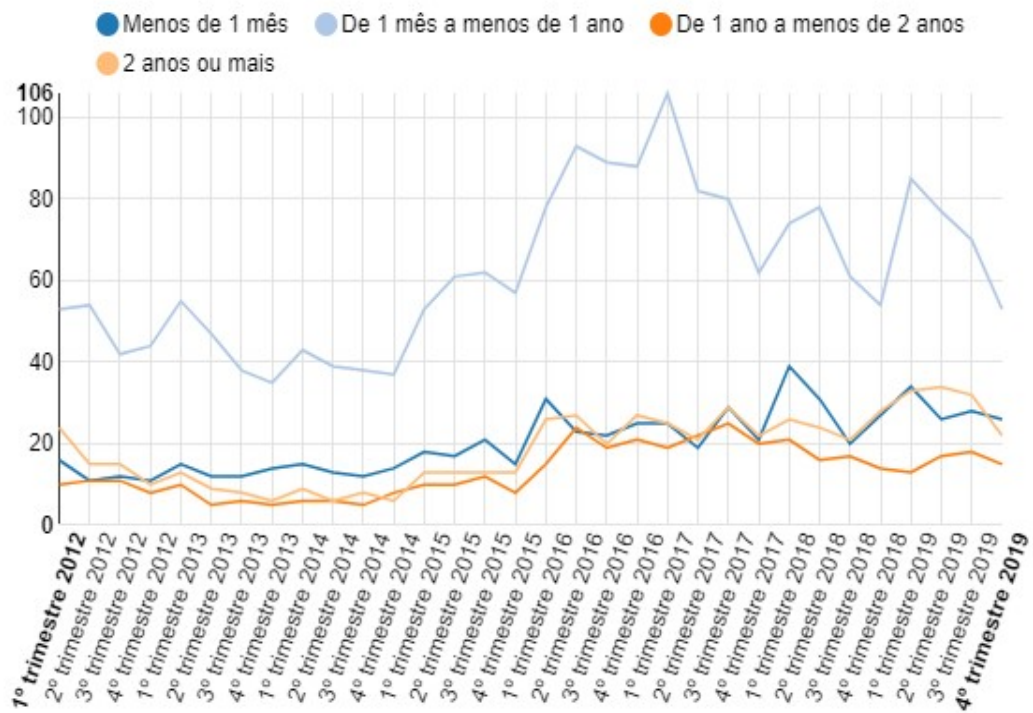


Figura 17 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência, por tempo de procura de trabalho. Mato Grosso

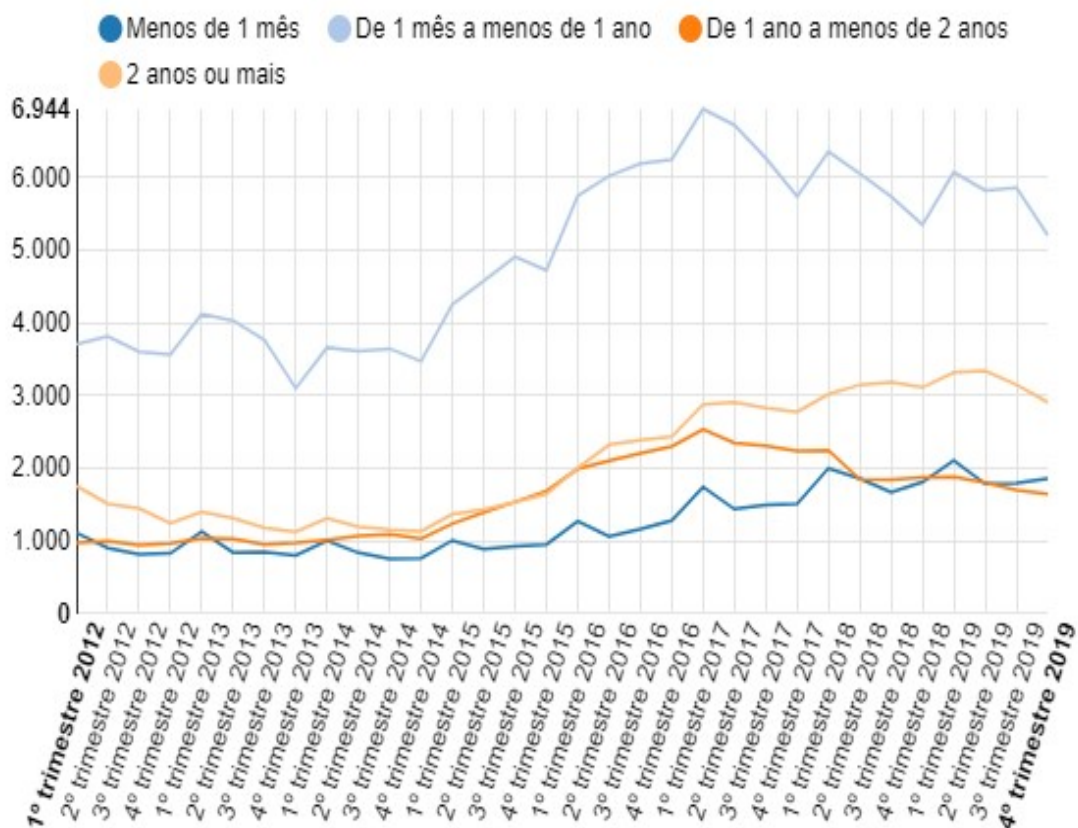


Figura 18. Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência, por tempo de procura de trabalho. Brasil

Analisando a tabela 10 e figuras 19 e 20 que a massa de rendimentos de todos os trabalhos (milhões de reais) apresentou um crescimento quase linear ao longo da série estudada tanto para Brasil como para Mato Grosso; com crescimento percentual para o primeiro de 77,98%, e para o segundo de 69,89%. Comparando a Massa de rendimentos de Mato Grosso com a Brasileira, observa-se que no início da série o estado respondia pelo percentual de 1,8%, já no final o valor diminuiu levemente para o valor de 1,76%.

O módulo de rendimento de todas as fontes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo IBGE, mostrou que, em 2017, a massa de rendimento domiciliar per capita do país foi de 263,1 bilhões. Desse total, 43,3% ficaram concentrados nos 10% da população brasileira com os maiores rendimentos, parcela superior à dos 80% com os menores rendimentos.

Deve ser ressaltado que o Nordeste é onde esses 10% concentram a maior massa de rendimentos, 45%: “em particular na Bahia, onde essa concentração chega a 48,9%. No Sul a desigualdade é menor, 37,2%. Em Santa Catarina, por exemplo, os 10% de maior rendimentos detêm 32,4% dessa massa”.

Em 2017, do total de 207,1 milhões de pessoas residentes no Brasil, 124,6 milhões (60,2%) possuíam algum tipo de rendimento, seja proveniente de trabalho (41,9% das pessoas) ou de outras fontes (24,1% das pessoas), como aposentadoria, aluguel e programas de transferência de renda.

Mesmo com a retomada do crescimento econômico e o controle da inflação, após a recessão econômica sofrida pelo Brasil em 2014/2015, estes fatores não foram suficientes para a redução da desigualdade de renda no Ceará, como mostra os dados da pesquisa Pnad Contínua no estado do Ceará. Em parte, o aumento do Índice de Gini, a partir de 2015, se deve a perda de rendimento médio real dos trabalhadores com menor renda e, por outro lado, um aumento na parte superior da distribuição (dos que ganhavam mais). Ou seja, a crise no mercado de trabalho, afetou especialmente os trabalhadores cearenses com menor remuneração. Os dados mostram que os 40% com menor rendimentos do trabalho, foram os que mais perderam entre 2012 e 2018. A concentração de rendimento domiciliar per capita também mostra uma perda dos mais pobres. Elevando o Índice de Gini de 0,547 para 0,548 entre 2012 e 2018 e, exibindo um índice superior ao Nordeste e o Brasil no último ano analisado. Observou-se que este efeito foi provocado principalmente pela redução das rendas dos 10% mais pobres (-4,2%) e pelo aumento dos rendimentos dos indivíduos que detinham o 1% dos maiores rendimentos (23,8%). A concentração da massa de rendimentos mensais domiciliar per capita no Ceará é relativamente significativa, pois, somente a população com os maiores rendimentos detinham mais de 44% da massa. Enquanto que os 10% com menor rendimento possuíam apenas 0,8% da massa em 2018 (Boletim 212 do IPECE,2019).

Trimestre	Brasil e Unidade da Federação	
	Brasil	Mato Grosso
1º trimestre 2012	121454	2252
2º trimestre 2012	124725	2132
3º trimestre 2012	127746	2207
4º trimestre 2012	130105	2243
1º trimestre 2013	133789	2393
2º trimestre 2013	138981	2454
3º trimestre 2013	142809	2482
4º trimestre 2013	144838	2565
1º trimestre 2014	149972	2567
2º trimestre 2014	153415	2754
3º trimestre 2014	156380	2773
4º trimestre 2014	159577	2732
1º trimestre 2015	163009	2774
2º trimestre 2015	167030	2833
3º trimestre 2015	167815	2768
4º trimestre 2015	169632	2812
1º trimestre 2016	172774	2842
2º trimestre 2016	174001	3010
3º trimestre 2016	176150	2969
4º trimestre 2016	179638	2959
1º trimestre 2017	180653	3098
2º trimestre 2017	182618	3103
3º trimestre 2017	186101	3330
4º trimestre 2017	190941	3303
1º trimestre 2018	191015	3474
2º trimestre 2018	195212	3421
3º trimestre 2018	200265	3678
4º trimestre 2018	204169	3711
1º trimestre 2019	205156	3666
2º trimestre 2019	208435	3822
3º trimestre 2019	210424	3742
4º trimestre 2019	216262	3826

Tabela 10 - Massa de rendimento nominal de todos os trabalhos (milhões de reais), habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.

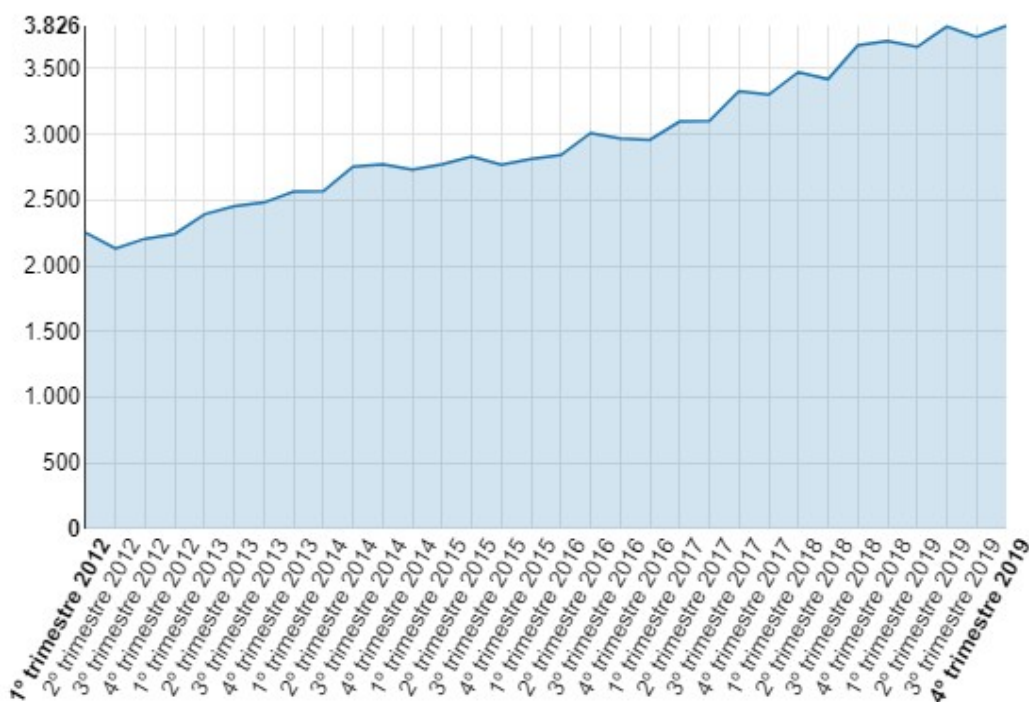


Figura 19 - Massa de rendimento nominal de todos os trabalhos (milhões de reais), habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho. Mato Grosso

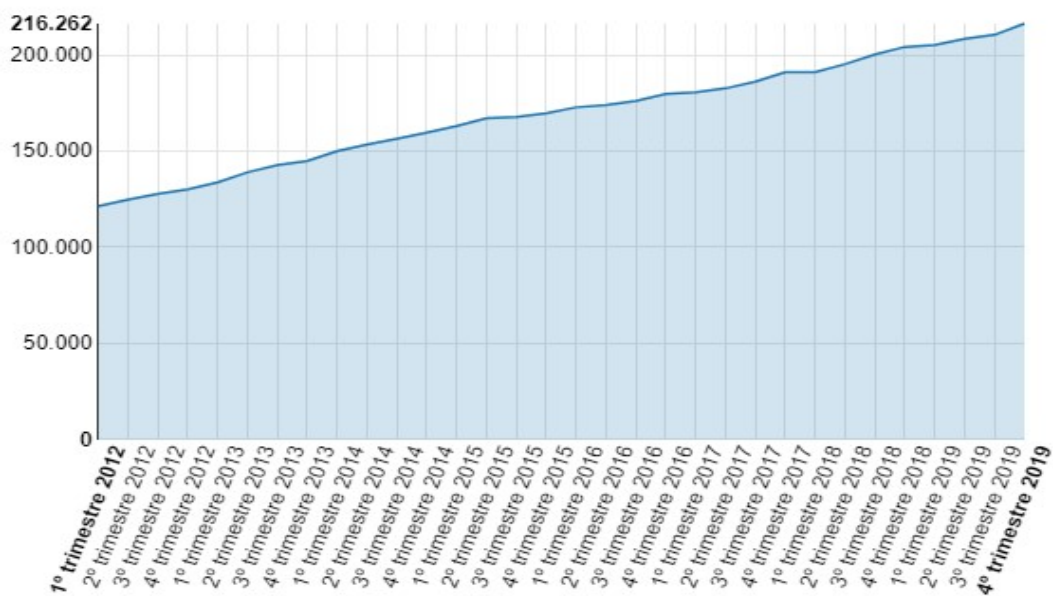
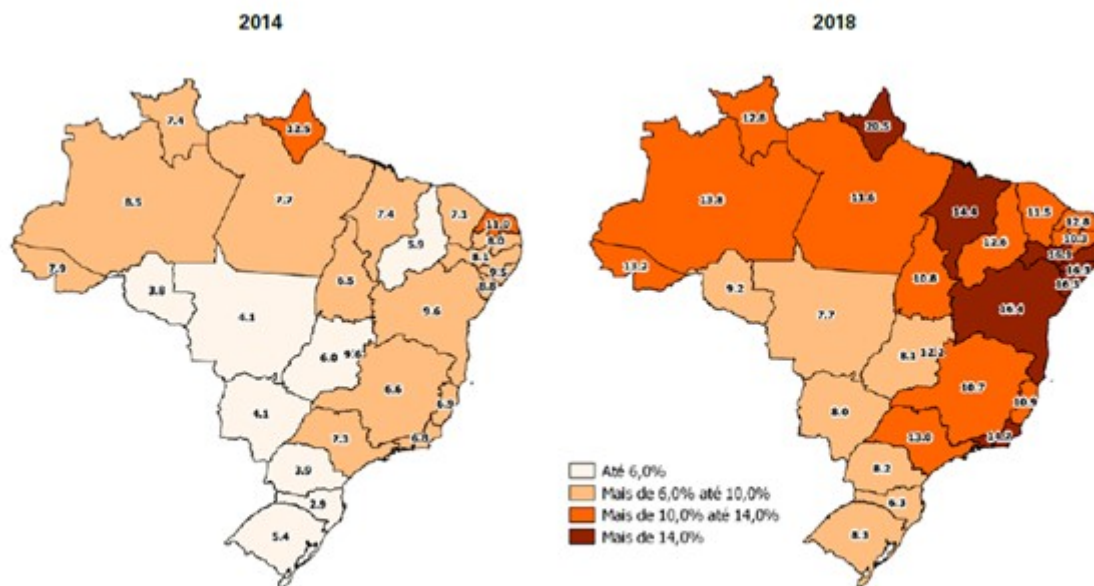


Figura 20 - Massa de rendimento nominal de todos os trabalhos (milhões de reais), habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.

Brasil

A figura 21 abaixo tem com fonte o trabalho realizado pelo IBGE no ano de 2019 chamado uma análise das condições de vida da população brasileira e mostra, a taxa de desocupação (%), segundo as unidades da federação nos anos de 2014 e 2018.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014/2018.
Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Figura 21 – Taxa de desocupação, segundo as unidades da Federação – 2014/2018

2. Conclusões

O número de ocupados crescem de forma constantes, sem grandes oscilações, ao longo de toda a série estudada. O crescimento foi de 7,89% no Brasil e de 15,95% no Mato Grosso.

Observa-se um crescimento da força de trabalho ao longo da série analisada no Brasil de 11,54% e no Mato Grosso de 13,55%.

Com relação a força de trabalho ocupada o crescimento foi de 7,89% para o Brasil e de 15,65% para Mato Grosso.

Observamos o crescimento nos dois níveis analisados para a força de trabalho desocupada e fora da força de trabalho respectivamente: 53,88% a nível Brasil e 12,62% em Mato Grosso; e 8,18% a nível nacional e 6,33% para o estado que esta sendo considerado no estudo.

Os valores da taxa de desocupação (%) no Mato Grosso oscilaram entre 4 e 6% até o terceiro trimestre de 2015. Após este período observa-se um aumento na taxa de

desocupação até o valor de 10,5% atingido no primeiro trimestre de 2017. Grande variações são observadas até o terceiro trimestre de 2018, onde observou-se o valor de 6,7%. No final da série os valores aumentam até 9,1% no primeiro trimestre de 2019, e então começam um tendência de queda até 6,4% no último trimestre de série analisada.

Os valores de taxa de desocupação (%) no Brasil oscilam entre 6 e 8% até o quarto trimestre de 2014. Após este período observa-se uma aumento da taxa de desocupação (%) até o valor de 13,7% no primeiro trimestre de 2017. Na sequência o valor diminui até 11,6% no quarto trimestre de 2018. No último ano da série analisa os valores oscilam, até que demonstram uma tendência de queda a partir do segundo trimestre deste ano, finalizando a série no quarto trimestre com valor de 11%.

Os valores para a taxa de desocupação (%) são menores em toda série no Mato Grosso, em relação as taxas observadas a nível nacional.

O percentual de pessoas desalentadas (%) a nível de Mato Grosso oscilam entre 1,4% e 0,8% até o terceiro trimestre de 2015. Após os valores crescem até 4,7% no segundo trimestre de 2018. Com pequena redução nos segundo e terceiro trimestre de 2017. No final da série estudadaos valores voltam a diminuir até 3,4% no terceiro trimestre de 2018. No final da série estudada os valores novamente tem incremento chegando a 4,2% no terceiro trimestre de 2019 e finalizam a série em questão no valor de 3,8%.

O percentual de pessoas desalentadas (%) à nível de Brasil oscilam entre 3,3 e 2,3% até o terceiro trimestre de 2015. Após este período observa-se um aumento dos valores até 7,5% no segundo trimestre de 2019. Nos dois últimos trimestres os valores caem até 7,1%.

Os valores observados para o percentual de pessoas desalentadas (%) são menores em toda série no Mato Grosso, em relação as taxas observadas a nível nacional.

Analisando os dados de pessoas ocupadas (x1000) que realizam contribuição para instituto de previdência a nível de Mato Grosso, observa-se que: Valores crescem até o primeiro trimestre de 2015 com 1.039. Ocorre depois um tendência de queda até o terceiro trimestre de 2016 para o valor de 983. Novo aumento no quarto

trimestre de 2016 com valor de 1.011. Diminuição no primeiro trimestre de 2017 para 986. Os valores crescem até 1088 no terceiro trimestre de 2018. No final da série os valores oscilam até chegarem a cerca de 1.100 pessoas.

Analisando os dados de pessoas ocupadas (x1000) que realizam contribuição para instituto de previdência a nível de Brasil, observa-se que: o número de contribuintes aumenta até 60.320 no quarto trimestre de 2015. Após observa-se uma queda até o valor de 57.756 no segundo trimestre de 2017. Na sequênica os valores oscilam entre 57.000 e 59000 até o terceiro trimestre de 2019. No último trimestre analisado o valor chega a 59.394.

Considerando o quantitativo de pessoas (x1000) em grupos de horas habitualmente trabalhadas à nível de Mato Grosso, observa-se que: A faixa de 40 a 44hs é a que maior incremento, com os valores crescendo de 631 no início da série para 1.022 no final do período estudado.

Considerando o quantitativo de pessoas (x1000) em grupos de horas habitualmente trabalhadas à nível de Brasil, observa-se que: a faixa de 40 a 44hs é a que maior incremento, com os valores crescendo de 34.897 no início da série para 49.331 no final do período estudado.

Deve-se destacar que os dois níveis estudados, Brasil e Mato Grosso, ocorrem situações semelhantes, onde ao longo da série estudada, o número de trabalhadores aumenta ao longo da série até a faixa de 40 a 44hs. Nas duas faixas acima, de 45 a 48hs e acima de 49hs ocorre o fenômeno inverso, com diminuição no número de trabalhadores no período estudado.

Analisando o número de pessoas ocupadas por tipo de contratação (temporária ou indeterminada) (x 1000) ao longo da série estudada tanto no Brasil, como em Mato Grosso observa-se que: O número de contratações temporárias diminui e o número de contratações por tempo indeterminado aumentam.

Considerando contratações temporárias a nível de Brasil o percentual de diminuição é de 11,43%.

Considerando contratações temporárias a nível de Mato Grosso o percentual de diminuição é de 7,35%.

Analisando contratações por tempo indeterminado a nível de Brasil o percentual de aumento é de 5,65%. Analisando contratações por tempo indeterminado a nível de Mato Grosso o percentual de aumento é de 13,76%.

Deve-se considerar quem em termos percentuais, a queda do número de contratações temporárias em Mato Grosso é menor que a nível Brasil. Considerando as contratações por tempo interminado o fenômeno é inverso, onde o crescimento no Mato Grosso é maior que o observado a nível nacional.

Observa-se que predomina fortemente o tempo de permanência no emprego na faixa de 2 anos ou mais. Tanto para o Brasil como para Mato Grosso.

Também é importante citar que a nível de Brasil a faixa até 1 mês responde por 4% do total de pessoas ocupadas; de 1 mês a 1 anos responde por 19,16%, de 1 a 2 anos por 9,79% e 2 anos ou mais por 67,64%. A nível de Mato Grosso são de respectivamente: 4,35%; 23,87%; 9,92% e 61,64%.

Observa-se que a nível de Mato Grosso ao longo da série analisada ocorre um aumento percentual de 62,5% no número de pessoas procurando emprego a menos de 1 mês. Ocorreu também incrementos nos tempos de permanência de de 1 a 2 anos e de mais de 2 anos de respectivamente 50% e 8,33%. O intervalo de 1 mês a 1 anos apresentou estabilidade em relação ao início e final da série. Já a nível de Brasil ocorre aumento percentual nos quatro faixas analisadas. O crescimento na faixa até 1 mês foi de 66,6%, na faixa de 1 mês a 1 anos de 40,54%, de 1 a 2 anos de 68,36%, e na faixa acima de 2 anos de 65,62%.

Também é importante citar que a nível de Brasil a faixa até 1 mês responde por 16% do total de pessoas em busca de trabalho; de 1 mês a 1 anos responde por 44,79%, de 1 a 2 anos por 14,18% e 2 anos ou mais por 64%. A nível de Mato Grosso os valores são de respectivamente: 22,41%; 46,69%; 12,93% e de 18,96%.

Destaca-se que ao longo de toda a série a massa de rendimentos cresce em 77,98% no Brasil. Para Mato Grosso o incremento foi de 69,89%. Comparando a Massa de rendimentos de Mato Grosso com a Brasileira, observa-se que no início da série o estado analisado repondia pelo percentual de 1,8%, já no final o valor diminui levente para o valor de 1,76%.

3. BIBLIOGRAFIA

ÁGUA, M.F.F. **Uma análise da evolução recente da taxa de desemprego segundo diferentes classificações.** Associação brasileira de estudos observacionais. Portal Abep. Acesso em 14/07/2020. 2019

ALVES, J.E.D. **Cai o número de pessoas ocupadas e com carteira assinada no Brasil em 2018.** Portal ECODEBATE. Acesso em 14/07/2020.

ARAÚJO, J.P.F.; ANTIGO, M.F. **Desemprego e qualificação da mão de obra no Brasil.** Revista de Economia Contemporânea (2016) 20(2): p. 308-335.

ARAÚJO, M.R.M.; MORAIS, K.R.S. **Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador.** Cad. psicol. soc. trab. vol.20 no.1 São Paulo jan./jun. 2017

AZEVEDO, M.C.; TONELLI, M.J. **Os diferentes contratos de trabalho entre trabalhadores qualificados brasileiros.** RAM, REV. ADM. MACKENZIE, 15(3), Edição Especial, 191-220. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O desalento e as taxas de desocupação.** Boletim 78 de 2020.3p.

CADÓ, I. **Desemprego fora das estatísticas oficiais:os últimos dados sobre trabalho.** Portal Brasil de Fato 2019, Acesso em 14/07/2020.

CADÓ, I. **Por que não podemos comemorar o recorde de pessoas ocupadas no Brasil? .** Portal Brasil de Fato 2019, Acesso em 15/07/2020.

CONSTANZI, R.N.; SIDONE, O,J.G;ARAÚJO, C.E.A;BARBOSA, E.C.R;FERNANDES, A.Z.;SANTOS, C.F. **Perfil dos contribuintes da previdência privada.** Nota técnica 43 do IPEA de novembro de 2017.

COSTA, M.S. **Relações de trabalho e regimes de emprego no Canadá e no Brasil. Um estudo de caso.** RAE- eletrônica - v. 6, n. 2, Art. 16, jul./dez. 2007

COSTA, M.S. **Terceirização no Brasil: velhos dilemas e a necessidade de uma ordem mais includente.** Cad. EBAPE.BR, v. 15, nº 1, Artigo 7, Rio de Janeiro, Jan./Mar.2017.

Enfoque Econômico. Evolução da Desigualdade de rendimentos no Ceará entre 2012 e 2018. IPECE. 2019.

FORBES. Quantas horas as pessoas trabalham em cada país. Site: <https://forbes.com.br/fotos/2015/11/quantas-horas-as-pessoas-trabalham-em-cada-pais/>. Acesso em 14/07/2020

DESALENTADOS: O AVANÇO DO DESEMPREGO OCULTO E OS ESFORÇOS DO GOVERNO DO MARANHÃO ATRAVÉS DOS PROGRAMAS MAIS EMPREGO E MAIS EMPRESAS. Artigo apresentado no seminário: *Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 11 a 13 de setembro de 2019*

GASPAR, W.C.R **A correlação entre jornada de trabalho e produtividade: uma perspectiva macroeconômica entre países.** Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. 2017. 89p

HYPÓLITO, E.B. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio. Principais Mudanças Conceituais Referentes ao Tema Trabalho.** Mercado de Trabalho, 43, 12p. 2010.

IBGE. **Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Dezembro de 2019. Referência aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019. Brasil.** Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).Rio de Janeiro.

IBGE. **Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Dezembro de 2019. Referência aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019. Mato Grosso.** Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).Rio de Janeiro.

IBGE. **Nota Técnica. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Versão 1.5. 3º Edição. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2018.

IBGE. **Nota técnica. Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, Pnad e Pnad Contínua.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2015.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego. Notas Metodológicas Volume 23.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Notas Metodológicas Volume 1.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Algumas características de força de trabalho por cor e raça. Volume 1.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2017.

IBGE. **Glossário da Pnad Contínua Mensal.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estudos e Pesquisas. Informação demográfica socioeconômica número 40. Síntese de Indicadores sociais. Uma análise das Condições de Vida da População Brasileira.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro 2019.

INSTITUTO HUMANISTAS UNISINOS. **Uma sociedade de desalentados.** Revista online IUH. 2019. Acesso em 14/07/2020.

MEDEIROS, M; SOUZA, P.H.G.F. **Previdência dos trabalhadores dos setores público e privado e desigualdade no Brasil.** *Economia Aplicada*, v. 18, n. 4, 2014, pp. 603-623

PERUCHETTI, P.; MATOS, S. **Quem são os desalentados no Brasil.** Blog do IBRE. Acesso em 14/07/2020.

REDE BRASIL ATUAL. Tempo de permanência do Brasileiro no emprego é o maior desde 2020. Site: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/05/estudo-indica-estabilidade-no-tempo-medio-de-permanencia-do-brasileiro-no-emprego-4676/>. Acesso em 14/07/2020.

REDE BRASIL ATUAL. Tempo de busca por emprego sobre para 43 semanas em São Paulo. Site: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/08/trabalhador-em-sp-leva-43-semanas-na-busca-por-emprego/>. Acesso em 15/07/2020.

SANTANA FILHO, R. **Comentários sobre a permanência dos empregados nas organizações**. Rev. Adm. Emp., 19(3): 71-77, jul./sCI. 1979. Rio de Janeiro, 1979.

SIMÕES, P.H.C; ALVES, J.E.D; SILVA, P.L.N. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v.33, n.3, p.541-566, set./dez. 2016

SUTTO, G. Os 10 países com as menores jornadas de trabalho do mundo – e os salários médios. <https://www.infomoney.com.br/carreira/os-10-paises-com-as-menores-jornadas-de-trabalho-do-mundo-e-os-salarios-medios/>. Acesso em 14/07/2020

World Employment and Social Outlook: Trends 2019 International Labour Office – Geneva: ILO, 2019. 122p.